



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Novas Oportunidades Económicas em Áreas Urbanas em Crise:  
O contributo das redes colaboração solidária

Francisco Mota Esteves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:  
Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar,  
ISCTE-IUL

Outubro, 2014



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Novas Oportunidades Económicas em Áreas Urbanas em Crise:  
O contributo das redes colaboração solidária

Francisco Mota Esteves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:  
Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar,  
ISCTE-IUL

Outubro, 2014

Novas Oportunidades Económicas em Áreas Urbanas em Crise:  
O contributo das redes de colaboração solidária

Outubro  
2014

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer a todos os que contribuíram, directa ou indirectamente, para a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor José Manuel Henriques, orientador da dissertação, pela autonomia e confiança que me deu ao longo do processo, pelos preciosos contributos e pela forma como me estimulou o pensamento crítico ao longo da elaboração do trabalho e de todo o mestrado.

Ao Professor Duilio Castro Miles, pela forma aberta e calorosa como me recebeu em Porto Alegre, por todas as informações e apoio ao longo da minha estadia no Brasil.

A todos aqueles que participaram na investigação, obrigado pelo contributo e por todo o apoio.

À professora Teresa Câncio, longe no tempo, pela influência decisiva que teve no meu futuro e pela transmissão de um inconformismo insaciável.

Aos colegas e professores do mestrado, em especial ao Pedro Santos e à Ana Raquel por todo o apoio e troca de ideias.

À AHEAD, por tudo o que me proporcionou viver, e em especial à Joana Gorgueira, Joana Lopes e à Mafalda.

Ao Ricardo, ao David, ao Marco, ao Rogério, ao Pedro e ao Francisco, por juntos construirmos continuamente o significado de amizade e pela inspiração que cada um de vocês é para mim.

À Liliana, pela constante preocupação e ajuda, mas principalmente pelo exemplo de ser humano que tens sido ao longo dos anos e por tudo o que aprendi e continuo a aprender contigo.

Finalmente, à minha irmã Beatriz e à minha mãe, que ainda hoje me surpreende pela forma como se relaciona com o mundo, pelo amor, coragem e altruísmo que parecem não ter fim e me ensinam que a família é mais do que o tecto ou o sangue.

## **Resumo**

Este trabalho discute de que forma se podem combater os problemas económicos no actual contexto das ‘Áreas Urbanas em Crise’, trazendo para a análise o conceito de ‘Integração Económica’ e demonstrando como certas estruturas alternativas de organização da produção e do trabalho podem concorrer para a dissolução de tais problemas. Por se tratar de um cruzamento de realidades (Europeia e Brasileira), a discussão de alguns aspectos teóricos torna-se essencial.

Assim, numa primeira fase são apresentados os conceitos ‘Áreas Urbanas em Crise’, ‘Integração Económica’, ‘Cooperativas de Trabalho’, ‘Autogestão’, e ‘Pobreza’ e discutidas os aspectos teóricos relativos à ‘Economia Solidária’ e às ‘Redes de Colaboração Solidária’, que servem de base para a compreensão do trabalho.

Seguidamente, é apresentado o estudo de caso sobre a Cadeia Solidária Binacional do PET, que propõe um modelo alternativo de produção em cadeia inspirado nos valores da economia solidária, do cooperativismo e em lógicas de autogestão.

Por fim, é discutido o potencial de ‘Integração Económica’ que projectos inspirados na teoria das ‘Redes de Colaboração Solidária’ e na Cadeia Solidária do PET possam ter, onde se conclui ser possível replicar projectos com a mesma lógica para o actual contexto das ‘Áreas Urbanas em Crise’ do concelho da Amadora, contribuindo para a promoção da ‘Integração Económica’ de pessoas em situação de pobreza.

**Palavras-Chave:** Redes de Colaboração Solidária; Áreas Urbanas em Crise; ‘Integração Económica’; Economia Solidária.

## **Abstract**

This work discusses how the economic problems may be fought in the current context of the ‘Urban Distressed Areas’, bringing to analysis the concept of ‘Economic Integration’ and demonstrating how certain alternative structures of production and labor organization can contribute for dissolving such problems. Being an intersection of realities (European and Brazilian), the discussion of some theoretical issues becomes essential.

Thus, in a first stage the concepts of ‘Urban Distressed Areas’, ‘Economic Integration’, ‘Worker Cooperatives’, ‘Self-Management’, and ‘Poverty’ are presented and the theoretical aspects concerning ‘Solidarity Economy’ and ‘Collaborative Solidarity Networks’, are discussed, which serve as basis for understanding the work. Subsequently, a case study on the Cadeia Solidária Binacional do PET is presented, which proposes an alternative model of chain production inspired by the values of solidarity economy, cooperativism and self-management logics.

Finally, the potential of ‘Economic Integration’ that projects inspired by the theory of ‘Collaborative Solidarity Networks’ and by Cadeia Solidária Binacional do PET may have is discussed, concluding that is possible to replicate projects based on the same logic to the current context of ‘Urban Distressed Areas’ of Amadora, contributing to promotion of ‘Economic Integration’ of poor people.

**Keywords:** Collaborative Solidarity Networks; Urban Distressed Areas; ‘Economic Integration’; Solidarity Economy.

## ÍNDICE

CONTEXTO DO PROBLEMA.....	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	4
1.1. Conceitos.....	4
1.1.1. <i>Áreas urbanas em crise</i> .....	4
1.1.2. <i>Pobreza</i> .....	7
1.1.3. <i>'Integração Económica'</i> .....	8
1.1.4. <i>Cooperativas de Trabalho</i> .....	9
1.1.5 <i>Autogestão</i> .....	11
1.2. A Economia Solidária - Origens da construção de um conceito.....	13
1.2.1. <i>Economia Social</i> .....	13
1.2.2. <i>Economia Real e Economia Plural</i> .....	16
1.2.3. <i>Economia do Trabalho</i> .....	17
1.2.4. <i>Economia Popular</i> .....	19
1.3. O conceito de Economia Solidária.....	21
1.3.1. <i>A versão francófona</i> .....	22
1.3.2. <i>A versão Ibero-Americana</i> .....	25
1.4. As Redes de Colaboração Solidária.....	29
1.4.1. <i>O que é uma rede de colaboração solidária?</i> .....	30
1.4.2. <i>Organização de uma Rede de Colaboração Solidária</i> .....	31
1.4.3. <i>Desafiando a reprodução capitalista</i> .....	34
2. METODOLOGIA.....	37
3. ESTUDO DE CASO – A CADEIA SOLIDÁRIA DO PET.....	39
3.1. Organização e funcionamento da Cadeia Solidária do PET.....	39
3.1.1. <i>Origem, apresentação e objectivos da cadeia</i> .....	40
3.1.2. <i>De cooperativa em cooperativa, da colecta do PET ao produto final</i> .....	42
3.1.3. <i>A coordenação da cadeia</i> .....	45
3.2. A Cadeia Solidária do PET vista como rede de colaboração solidária.....	47
4. POTENCIAL DE 'INTEGRAÇÃO ECONÓMICA' EM ÁREAS URBANAS EM CRISE.....	50
4.1. Criar valor de uso e de valor de troca.....	50
4.2. Diminuir a dependência mercantil através da produção de valor de uso.....	52
4.3. Possibilidades de geração de rendimento para além do emprego formal.....	54
4.4. Combater a pobreza.....	56

4.5. Articulação com os poderes públicos.....	58
4.6. Aprendendo com as boas práticas: Possibilidade para o contexto da Amadora .....	59
CONCLUSÃO .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
ANEXOS.....	71

## ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

### Quadros

Q. 1. Principais Características das Áreas Urbanas em Crise.....	5
Q. 2. A Economia Solidária no Brasil.....	28

### Figuras

F. 1. Tipo ideal de serviços solidários.....	24
F. 2. Organização, elementos básicos e características de uma rede de colaboração solidária.....	34
F. 3. Flake do PET.....	43
F. 4. Do PET ao tecido.....	44
F. 5. Ciclo da cadeia solidária do PET.....	45

## **Glossário de Siglas**

**ADS** – Agência de desenvolvimento solidário

**ABIPET** – Associação Brasileira da indústria do PET

**CEP-CMAF** – Conferência Europeia Permanente – Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações

**CLAS** – Conselho local de acção social

**CIRIEC** - Centre International de Recherches et d'information sur l'Economie Publique Sociale et Coopérative

**COOPERTEXTIL** – Cooperativa de Producao Textil de Para de Minas

**COOMCAT** - Cooperativa de Catadores e Recicladores de Santa Cruz do Sul

**COOPETSINOS** - Central de cooperativas do Vale dos Sinos

**COOPETSUL** - Central das cooperativas da Cadeia Solidária Binacional

**COOPIMA** - Cooperativa Industrial Maragata

**DIFESOL** – Departamento de incentivo e fomento à economia solidária

**EAF** – Entidades de apoio e fomento

**EUA** – Estados Unidos da América

**FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

**FONDES** -Fondo para el Desarrollo

**IPSS's** – Instituições Particulares de Solidariedade Social

**INACOOP** - Instituto Nacional del Cooperativismo

**IFRS** – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

**ITCPS** – Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

**MSSS** – Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

**MST** – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

**OBESP** – Observatório da Economia Social Portuguesa

**OCDE** – Organização para a cooperação e desenvolvimento económico

**ONG** – Organização não governamental

**PAC's** – Projetos alternativos comunitários

**PET** - Politereftalato de etileno

**PIB** – Produto Interno Bruto

**RSI** – Rendimento Social de Inserção

**SENAES** – Secretaria Nacional da Economia Solidária

**SESAMPE** - Secretaria da economia solidária e apoio à micro e pequena empresa

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## CONTEXTO DO PROBLEMA

O presente trabalho insere-se no âmbito do mestrado em Economia Social e Solidária que o autor frequenta. Intitulado de “Novas Oportunidades Económicas em Áreas Urbanas em Crise”, tem como principal preocupação a procura de soluções para fazer face a um conjunto de problemas que estão presentes, e em certa medida são caracterizadores, dos territórios chamados de áreas urbanas em crise. Serão sobretudo debatidas possíveis soluções que pretendam contribuir para a resolução dos problemas económicos desses territórios definidos pela OCDE (1998), como taxa de desemprego elevada, baixo nível de actividades económicas, rendimentos baixos, grande parte da população a receber subsídios sociais, níveis de pobreza acima da média e fraco acesso a comércio e a serviços.

Partir-se-á do pressuposto de que, esses problemas económicos nas áreas urbanas em crise são o resultado de variadas causas, sendo que as condições económicas contemporâneas assumem um papel preponderante na geração desses problemas, na medida em que é baseado num sistema de emprego formal, que por um lado tende a excluir aqueles que menos aptidões têm para trabalhar por conta de outrem, e por outro revela incapacidade em dar resposta quando o emprego formal se encontra em “crise”.

Assim sendo, é no seio da outra economia que podem surgir mecanismos que resultem em soluções. Neste trabalho, serão apresentados e discutidos os conceitos de Economia Solidária, de Cooperativas de Trabalho e de Redes de Colaboração Solidária, por se acreditar que podem constituir formas alternativas de “integração económica” em áreas urbanas em crise, conceitos que também serão devidamente tratados.

Ou seja, este trabalho apresenta-se como um cruzamento de objectos e realidades, sobretudo entre a realidade europeia, onde existe um conjunto de problemas relacionados com as áreas urbanas em crise, e a brasileira, o país em que as experiências da economia solidária assumem uma relevância maior e que, segundo Singer (2002), tem nas cooperativas de trabalho o seu tipo ideal de empreendimento solidário. Neste trabalho os conceitos de áreas urbanas em crise, ‘integração económica’, redes de colaboração solidária e cooperativas de trabalho serão integrados na mesma análise.

Tendo presente dissertação como principal objectivo alimentar o debate sobre soluções inovadoras que possam ser contributos para a promoção de ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise, ao encontro desse objectivo foi formulada a seguinte questão de partida para a investigação:

## **De que forma as redes de colaboração solidária podem ser um mecanismo de ‘Integração Económica’ em áreas urbanas em crise?**

O que se pretende avaliar com esta questão é a possibilidade do projecto da cadeia solidária binacional do PET, interpretada à luz da teoria de Euclides Mance (2000a) sobre as redes de colaboração solidária, constituir um mecanismo de ‘Integração Económica’ em áreas urbanas em crise. Com isto, a reciclagem de garrafas PET não se apresenta como um factor relevante no processo, mas sim todo o mecanismo que permite inserir essa reciclagem numa rede solidária e integrar trabalhadores que perante as regras do mercado de trabalho assalariado estão em situação de desvantagem.

Neste trabalho, a investigação centrou-se no caso da Cadeia Solidária Binacional do PET, o investigador participou em encontros com responsáveis pela construção do projecto, e em actividades com trabalhadores que fazem parte da cadeia, como fóruns de discussão. Por ser um projecto que ainda não está a funcionar a cem por cento, existiram algumas limitações durante a investigação, principalmente pelo facto de não ser possível deduzir através daquilo que já aconteceu. Assim, as principais análises sobre a Cadeia Solidária do PET são apresentadas indo ao encontro daquilo que a cadeia pretende vir a ser.

A revisão bibliográfica tendo em vista a definição do conteúdo dos conceitos de ‘economia solidária’, ‘áreas urbanas em crise’, ‘Integração Económica’, ‘pobreza’, ‘redes de colaboração solidária’ e ‘cooperativas de trabalho’, foi um complemento essencial para o entendimento do presente trabalho, porque permitiu apresentar no mesmo quadro de análise contributos teóricos com origens tão diferentes. Assim, no primeiro subcapítulo trata-se do enquadramento teórico-conceptual, esclarecendo e discutindo os conceitos já referidos.

No subcapítulo ‘2.2’ e ‘2.3’, o conceito de economia solidária é aprofundado, são esclarecidas diferentes visões sobre o mesmo conceito e apresentados contributos teóricos que estiveram na origem da construção desta nova economia, como o trabalho de Polanyi (2000) sobre a formação da economia real, e os conceitos de economia social, economia popular e economia do trabalho.

No subcapítulo ‘2.4’ será analisado o trabalho de Euclides Mance sobre a teoria das redes de colaboração solidária, movimento teórico que o autor deu início com o livro *A revolução das redes* (2000), onde pretende demonstrar que a colaboração solidária pode ser uma alternativa à sociedade capitalista, enquanto modo de produzir e consumir.

De seguida, no capítulo ‘3’ são apresentadas e justificadas as opções metodológicas utilizadas na realização deste trabalho.

No capítulo '4' é apresentado o estudo de caso sobre a cadeia solidária do PET, onde numa primeira fase se analisa a origem, o funcionamento e os objectivos da cadeia solidária do PET, terminando com um paralelismo em relação à teoria das redes de Euclides Mance.

Por fim, no capítulo '5' é avaliado o potencial deste tipo de projectos para a 'Integração Económica' em áreas urbanas em crise, concluindo com uma proposta de replicação para o actual contexto Português.

## **1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL**

Este capítulo inicial tem como propósito o esclarecimento de conceitos que são importantes para a interpretação do presente trabalho.

Se por um lado a relação entre todos os conceitos aqui apresentados não é evidente, por outro, quando relacionados com o conteúdo do trabalho tudo se torna mais nítido.

### **1.1. Conceitos**

O conceito de áreas urbanas em crise e de pobreza dizem respeito ao contexto do problema desta investigação e a sua apresentação torna esse contexto, sobretudo ao nível territorial da concentração dos problemas como a pobreza, mais claro para o leitor.

O conceito de ‘Integração Económica’ está directamente relacionado com o objectivo da investigação, e a sua utilização será fundamental nas principais análises deste trabalho para se entender de que forma se pode combater a pobreza indo ao encontro das dimensões (como a autonomia ou independência mercantil) mais importantes nesse processo.

Os conceitos de cooperativas de trabalho e de autogestão são também essenciais, porque permitem compreender as principais características, ao nível da gestão, da participação e da produção, dos empreendimentos solidários que constituem a cadeia solidária do PET.

#### *1.1.1. Áreas urbanas em crise*

Desde as últimas duas décadas que a OCDE assumiu o problema das áreas urbanas em crise como uma questão central, por ser um dos problemas de mais difícil resolução em todos os países desenvolvidos, tanto naqueles em que o crescimento do emprego continua acelerado como nos em que os níveis de desemprego permanecem altos (OCDE, 1998).

Segundo a OCDE, áreas urbanas em crise são “zonas das cidades ou dos subúrbios onde se concentram problemas económicos, sociais e ambientais, que normalmente estão representados na escala de bairros” (OCDE, 1998: 15).

### Quadro 1: Principais características das Áreas Urbanas em Crise

Demografia	- Elevada taxa de emigração, particularmente de jovens - Residências sobrelotadas - Elevada taxa de famílias monoparentais
Educação	- Baixo nível de qualificação - Abandono escolar precoce
Emprego e Rendimentos	- Taxa de desemprego elevada, particularmente entre os jovens, e desemprego de longa duração - Baixo nível de actividade económica - Rendimentos baixos - Grande parte da população a receber subsídios sociais
Pobreza	- Níveis de pobreza acima da média
Acesso a serviços	- Fraco acesso ao comércio e a serviços
Coesão Social	- Quebra nos laços da comunidade, as relações são sobretudo familiares, ou baseadas no género, etnia ou idade
Saúde	- Taxas de mortalidade e de invalidez elevadas - Elevada incidência de doenças preventivas
Segurança	- Criminalidade elevada, consumo e tráfico de droga, e aumento de sentimentos de insegurança

Fonte: OCDE (1998) e de Soto (2004), (adaptado pelo autor da dissertação)

Todos esses problemas acarretam consigo um conjunto de custos, quer para toda a cidade quer, obviamente, para a população que os vive no dia-a-dia. Estes territórios limitam as oportunidades e as perspectivas das pessoas que lá habitam, e sem uma visão do potencial destas áreas um país apenas suporta os custos, enquanto falha na percepção das possibilidades inerentes a esses territórios e às suas populações (OCDE, 1998). Esses custos afectam também a cidade como um todo, traduzindo-se num potencial de crescimento económico não aproveitado e no aumento da injustiça social (Conway and Convitz, 2000). Segundo Kamal-Chaoui (s.n.), o primeiro e principal custo inerente à existência de áreas urbanas em crise é a perda de capital humano.

Apesar de todas as características e problemas das áreas urbanas em crise não serem transversais a todos os países da OCDE, podem destacar-se alguns aspectos gerais em comum (Westphal *et al.*, 2003: 1) as áreas urbanas em crise são caracterizadas pela acumulação um conjunto de problemas interdependentes; 2) são marcadas por processos de exclusão social e

marginalização económica; 3) são muitas vezes associadas a mudanças socioeconómicas e à degradação de indústrias mais antigas; 4) encontram-se perante um ciclo de declínio; 5) não apresentam o mesmo padrão de qualidade de vida, quando comparadas com a média das cidades e regiões urbanas do país; e 6) possuem muitas vezes áreas e espaços subutilizados.

De acordo com a OCDE (1998), geograficamente é a forma mais clara e eficaz de diferenciar os diferentes tipos de áreas urbanas em crise, e são identificados três modelos de privação em áreas urbanas que caracterizam os diferentes países: privação no centro da cidade, privação na periferia da cidade, e um misto entre centro e periferia.

No primeiro caso, a privação no centro da cidade, foi sendo mitigada na maior parte dos países europeus, nos EUA, na Austrália e no Canadá, a partir do momento em que essas áreas foram alvo de constantes requalificações, resultando numa modernização dos edifícios e infra-estruturas, e em alguns casos essas zonas foram ocupadas por famílias de classe média (OCDE, 1998). No entanto, em alguns países da Europa, principalmente no Sul, ainda é comum a existência de habitação de baixa qualidade e de alguns sintomas de privação no centro das cidades (OCDE, 1998).

No segundo caso, a privação na periferia das cidades, tem origem no rápido crescimento populacional e na necessidade de construir habitações para alojar famílias com menos rendimentos. Como resultado dessa rápida expansão, muitos desses bairros habitacionais encontram-se parcamente servidos por estradas ou por um serviço de transportes públicos adequados, bem como estão afastados de um conjunto de serviços essenciais à manutenção de uma vida digna e de qualidade, como centros de dia, escolas, espaços culturais e de lazer (OCDE, 1998). Este é um tipo de sintoma de privação frequente e típico em França, apesar de se sentir em muitos outros países da OCDE, onde quanto maior foi a pressão de uma urbanização acelerada, maior é extensão destas zonas periféricas (OCDE, 1998).

No terceiro caso, um misto de privação no centro e na periferia da cidade, ou seja, a existência de zonas na periferia com habitações novas, mas com sintomas de privação, e os bairros mais antigos da cidade, com habitações mais degradadas e igualmente com um conjunto de privações (OCDE, 1998).

De uma forma geral, todos os países da OCDE podem ser tipificados segundo estes três modelos de áreas urbanas em crise (OCDE, 2008). Portugal enquadra-se na terceira tipologia, apresentando situações de privação tanto no centro histórico das cidades como na periferia, onde se identificam “áreas suburbanas degradadas, bairros de génese ilegal, centros históricos degradados mas, igualmente, inúmeros bairros sociais, onde em muitas situações,

contraditoriamente aos seus objectivos principais, as soluções definidas pouco contribuíram para a integração das populações” (Câmara Municipal da Amadora, 2010).

Para alterar este cenário, ou experimentar domínios de inovação de políticas públicas, programas como Intervenção Operacional de Requalificação Urbana (I.O.R.U.) e INTEGRAR foram implementados, a par da iniciativa URBAN, que foi o maior programa desenhado para a resolução de problemas em áreas urbanas em crise.

A iniciativa URBAN, através do URBAN I (1994-1999) e URBAN II (2000-2006), e co-financiada por fundos da comissão europeia, teve como objectivo a “regeneração económica e social das cidades e de bairros em crise pretendendo atingir um desenvolvimento urbano sustentável” (Comunicação das comunidades europeias, 2000). Para que uma área urbana pudesse ser eleita, teria de ter pelo menos 20 000 habitantes, podendo ser aceites com 10 000 em caso de justificação, e preencher pelo menos três dos seguintes requisitos (Comunicação das comunidades europeias, 2000): Alto nível de desemprego de longa duração, pobreza e exclusão social; baixo nível de actividades económicas; baixo nível de qualificações e elevado abandono escolar; elevado número de imigrantes, grupos e minorias étnicas, ou refugiados; alto nível de criminalidade e delinquência; tendências demográficas precárias; e degradação do meio ambiente.

### *1.1.2. Pobreza*

Em relação à definição do conceito de pobreza, distinguem-se dois tipos de “famílias de conceitos” (Bruto da Costa *et al*, 1998), a primeira, e mais antiga, é a que procura definir a pobreza de forma objectiva e que contempla duas correntes de conceitos, a pobreza absoluta e a pobreza relativa. Esta forma olhar o conceito de pobreza permite “definir a pobreza a partir da observação e do estabelecimento de limiares de pobreza assentes em critérios objectivamente induzidos ou deduzidos” (Bruto da Costa *et al*, 1998: 51). A segunda família procura definir a pobreza de forma subjectiva. Em baixo apresenta-se uma definição subjectiva do conceito de pobreza, que será adoptada neste trabalho.

É comumente confundido o conceito de Exclusão Social com o conceito de Pobreza, como se o primeiro fosse um nome “moderno” ou mais “simpático” para se falar de pobreza sem usar o nome, por ser menos concreto e politicamente menos comprometedor (Bruto da Costa, 2008). Para o mesmo autor, os conceitos são distintos e um não substitui o outro. Apesar de, especialmente em territórios marcados pela pobreza e exclusão social, os conceitos poderem estar agregados, não acontece em todos os casos, com isto se quer dizer que, podem

existir situações de exclusão social e não de pobreza, os idosos isolados são um exemplo dessa situação.

Apesar de exclusão social e pobreza serem conceitos distintos, parece evidente que a pobreza origina e é uma causa nos processos de exclusão. Sendo a pobreza – num sentido lato - a ausência de recursos para de forma autónoma fazer face a situações de privação, faz sentido que quanto mais aguda for a situação de pobreza (e conseqüentemente mais privado está o indivíduo das suas necessidades), mais se está Excluído dos diversos sistemas, económicos, sociais, culturais, ou outros, por precisamente estar privado das necessidades que eles representam para cada indivíduo. Esta lógica é válida segundo B. Costa, que afirma: “A pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido. Com efeito existem formas de exclusão social que não implicam pobreza” (Costa, 2008: 63).

Bruto da Costa (2008) define pobreza como uma situação de privação por falta de recursos. No entanto, uma situação de privação sem que exista falta de recursos não pode ser considerada pobreza, mas sim má afectação e uso dos recursos disponíveis. Por outro lado, uma situação em que a privação seja suprida mas que a ausência de recursos continue a existir, pode considerar-se que estamos perante uma situação de pobreza, na medida em que a privação é respondida de forma directa, provavelmente por intermédio da ajuda de terceiros.

Um dos problemas no combate à pobreza reside precisamente no carácter assistencialista das políticas que são desenvolvidas, que actuam essencialmente na resposta à privação em vez de incidirem no tratamento dos recursos, para que, autonomamente cada indivíduo possa suprir a sua situação de privação, através da afectação dos recursos que, anteriormente não tinha ou não utilizava de maneira adequada.

Também para Henriques (2006), pobreza está intimamente relacionada com a falta de autonomia na satisfação das necessidades intermédias (alimentação, habitação, cuidados médicos, etc.) e é “um estado de privação que resulta da insuficiência de recursos” (2006: 47).

Em suma, neste trabalho o conceito de pobreza será entendido de acordo com o exposto acima, como ausência de recursos e de autonomia na satisfação das necessidades intermédias que tem como resultado a geração de situações de privação.

### *1.1.3. 'Integração Económica'*

O conceito de integração é também utilizado noutros sentidos para além do económico. Importa clarificar que integração tem um significado diferente de inserção. Enquanto inserção

tem a ver com o suporte que é dado a alguém em situação de vulnerabilidade, integração é sobre “reconstituição de sistemas de independência” (Castel, 1994, in Henriques, 2006: 106). Na sua relação com a pobreza, integração requer auto-suficiência de recursos.

Assim, ‘integração económica’ é conceptualizado como “a dimensão económica da acção contra a pobreza” (Henriques, 2006: 141). ‘Integração económica’ tem a ver com a promoção de autonomia na satisfação das necessidades intermédias (comida, habitação, cuidados de saúde, etc.) através de acções que visem proporcionar o acesso das famílias a formas de produção de riqueza, quer seja através da criação de valor de uso ou da criação de valor de troca, permitir diminuir a dependência mercantil na satisfação das necessidades, e fornecer oportunidades de rendimento para além das forma de emprego formal (Henriques, 2006, 2010a e 2010b).

Se é consensual que largas camadas da população estão excluídas do mercado de trabalho e se a obtenção de um emprego formal é-lhes negada, a criação de trabalho para essas mesmas camadas da população só pode acontecer através de novas formas, (negócios familiares, empresas sociais, cooperativas, etc.) que requerem o acesso a capital e a outros recursos através do apoio de instituições públicas (Henriques, 2006). Esse entendimento é assumido neste trabalho, assim como o argumento de que são necessárias políticas adequadas para o combate à pobreza enquanto insuficiência de recursos, na medida em que é diferente alocar recursos para responder a privações de alocar recursos que permitam contribuir para a criação de autonomia na resposta às privações, através da promoção do acesso às famílias a novas formas de criação de riqueza (Henriques, 2006).

#### *1.1.4. Cooperativas de Trabalho*

Historicamente a origem das cooperativas de trabalho e de produção está relacionada com o socialismo utópico do século XIX. São exemplos de iniciativas nesse âmbito as aldeias cooperativas de Owen, que foram propostas ao governo Inglês, bem como a experiência implantada no estado Americano de Indiana. Charles Fourier propunha também os falanstérios, que eram comunidades autogeridas que reuniram até 1.800 pessoas, onde não havia propriedade privada e a sociedade assumia uma forma accionaria e de livre escolha dos trabalhos, no entanto, estas comunidades não demonstraram um grande impacto enquanto experiência prática (Lima, 2009). São de registar três experiências relevantes edificadas sob os princípios teóricos de Charles Fourier, três dessas experiências foram associações nos

Estados Unidos (Singer, 2002c), e uma quarta em França, o “familistère de Guise” (Lima, 2009).

Simultaneamente apareciam cooperativas de outro género, sendo que no ano de 1844 foi constituída a primeira cooperativa, com a criação da Rochdale Society of Equitable Pioneer, em Rochdale, e consequentemente dado o impulso para o surgimento do movimento cooperativista e a sua expansão por diversos países europeus. Um importante marco na evolução do cooperativismo aconteceu em 1895 e prende-se com a criação da Aliança Cooperativa Internacional, onde ficaram ratificados os princípios basilares de Rochdale, são eles: a adesão voluntária e livre de seus membros, a gestão democrática, a participação económica dos membros na criação e no controle do capital, a educação e a formação dos sócios e a intercooperação no sistema cooperativista (Lima, 2004). De salientar que o movimento cooperativista no século XIX foi sobretudo, na sua origem, um movimento operário impulsionado por operários, cujo principal objectivo era, através da cooperação e da solidariedade entre os membros, esbater as desigualdades originadas pelo capitalismo industrial da época e essencialmente melhorar a qualidade de vida dos próprios.

No século XX a criação e a evolução das cooperativas afastou-se um pouco da lógica com que tinha sido criada, e consequentemente os princípios cooperativistas nem sempre foram cumpridos (Lima, 2009). Existiu uma relação entre os momentos de maior força do movimento cooperativista com os momentos de crise económica. Segundo Lima (2009), a perda de força do movimento deveu-se ao aparecimento do estado de bem-estar social e à consolidação do assalariamento, com melhores condições que no século XIX, bem como à permanência de uma situação próxima do pleno emprego. Itália e França foram duas excepções e mantiveram um forte sector cooperativista, denominado na economia social na França (Lima, 2009).

Durante a década de 70 do século XX, ocorre uma vaga de políticas de organização de cooperativas, apoiadas por órgãos internacionais nos países em desenvolvimento, cujo objectivo principal era a redução da pobreza, através de iniciativas de geração de rendimento, nomeadamente em actividades localizadas em zonas rurais, onde a pobreza é mais visível (Lima, 2004).

Depois dos anos 1970 novas condições, como os movimentos contra culturais e as estruturas socialistas ou capitalistas (Lima, 2009), proporcionaram que o movimento cooperativista retomasse o fôlego. O reaparecer do movimento foi também uma resposta ao crescimento do desemprego.

No entanto, a partir desta altura o mercado deixou de ser demonizado (Lima, 2009) aos olhos do movimento cooperativista, as cooperativas tentavam adequar-se a algumas das regras de mercado, enquanto tentavam manter-se como projecto alternativo. O modelo era o complexo cooperativo Mondragón, no país basco, e as cooperativas da “terceira Itália”<sup>1</sup>, que eram vistas como possibilidades de trabalho autogestionário. É também nesta lógica que se situam uma boa parte dos empreendimentos da economia solidária no Brasil, onde as cooperativas de trabalho e de produção constituem o eixo central, dando ocupação a milhares de trabalhadores. Agrupam fábricas recuperadas e cooperativas organizadas para a produção fabril, a prestação de serviços e a obtenção de rendimento (Lima, 2009).

Cooperativas de podem assim ser definidas como:

[...] formas autogestionárias de organização da produção, do controle da actividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores. Constituem-se em associações voluntárias de trabalhadores que organizam a cooperativa, uma empresa da qual todos são sócios e participam dos processos decisórios, assim como do resultado do labor colectivo. Essas cooperativas têm como princípios fundamentais a democracia, a autonomia, a solidariedade e a igualdade social. (Lima, 2009: 91)

O autor distingue também as cooperativas de trabalho de cooperativas de produção industrial, pois as primeiras, de uma forma geral, funcionam como um intermediário e não como estrutura, ou seja, os cooperantes utilizam os seus próprios instrumentos autonomamente, sendo que se apoiam na cooperativa para obter uma quantidade maior de serviços do que aquela que conseguiriam captar sozinhos.

#### *1.1.5 Autogestão*

Apesar de ser uma prática com um rasto antigo, o conceito de autogestão surge pela primeira vez na década de 1950 na antiga Jugoslávia, pelo partido comunista então no poder, com o objectivo de modernizar o sistema económico do País, trazendo até ao centro das decisões políticas e empresariais a voz dos cidadãos que detinham conhecimentos técnicos e profissionais (Mothé, 2009). Durante alguns anos o termo Autogestão esteve conectado a regimes comunistas (Mothé, 2009).

A partir de 1968 em França, o conceito tomou um sentido diferente, o sentido de uma democracia radical, que se opunha à experiência de Estaline e que reivindicava a ideologia Marxista e o regresso às origens do socialismo (Mothé, 2009). Origens essas que se afastavam da visão dos partidos políticos e do seu interesse em manter a representatividade dos interesses cidadãos, ou seja, em manter sistemas políticos representativos, nomeadamente a democracia representativa. Este conceito de democracia radical já se tinha feito sentir nos anos 20 do século XX, por intermédio de Rosa Luxemburgo, na oposição operária Russa e nos comunistas de conselhos holandeses (Mothé, 2009).

Mas não é só no campo político que a autogestão se fez sentir, um conjunto de empresários alternativos com acção em cooperativas operárias de produção, associações e em comunidades, introduziram formas de autogestão.

Assim sendo, Daniel Mothé distingue duas correntes de práticas de autogestão, os políticos e os alternativos (Mothé, 2009). Os políticos utilizam as formas de autogestão para se aproximarem da ideologia socialista, introduzindo mais democracia directa como forma de conquistar e legitimar o poder político. Os alternativos são na generalidade profissionais que procuram utilizar espaços de autogestão limitados, nos vários quadrantes da sociedade, de uma forma descentralizada.

O conceito de Autogestão define-se então como:

[...] um projecto de organização democrática que privilegia a democracia directa. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias. [...] (Mothé, 2009)

Na prática um projecto autogestionário não remunera quem está encarregue da tomada de decisão, ao contrário da democracia representativa onde os eleitos são remunerados para se encarregarem da tomada de decisão em nome de todos, porque lhes é reconhecida uma competência superior e dada legitimidade para assumir esse processo. Na concepção autogestionária, a tomada de decisão é colectiva e todos participam nela.

A autogestão pode assumir duas formas com “intensidades” diferentes, a primeira sob a forma de democracia participativa e a segunda sob a forma de democracia radical (Mothé, 2009). A primeira é uma forma de autogestão menos vinculada, e numa lógica de “top-down”, ou seja, são os dirigentes que proporcionam a participação de todos os actores, e não é uma

conquista dos seus executantes. A democracia radical é a forma mais acentuada de autogestão, onde o cidadão ou o executante vêem o seu poder directo e aumentado, à medida que a margem de manobra dos seus representantes (que podem não existir) vai diminuindo, assume portanto uma lógica “bottom-up”.

No seio da economia solidária, a autogestão assume-se como um elemento diferenciador, ou seja, a existência de mecanismos de autogestão pode permitir dizer se estamos perante uma organização do campo da economia solidária ou não, porque mesmo que um determinado projecto abranja todas as dimensões da economia solidária, pode não existir democracia directa dentro da organização. Este exercício pode ser importante para, por exemplo, distinguir uma cooperativa da economia solidária, de uma falsa cooperativa, ou cooperativa capitalista.

Uma organização da economia solidária edificada sob o princípio “um Homem um voto”, refere-se a uma organização colectiva de trabalhadores, por isso, deve produzir e ser gerida pelo conjunto de todos os associados, que são os próprios trabalhadores. Este princípio garante o exercício da democracia e um equilíbrio entre capital e trabalho, garantindo assim a prática da autogestão (Rosenfield, 2003).

## **1.2. A Economia Solidária - Origens da construção de um conceito**

A pertinência deste capítulo é justificada, em primeiro lugar, pelo tema do mestrado em que se insere este trabalho, e em segundo lugar, pela relação directa entre a Economia Solidária e a Cadeia Solidária do PET, elemento central nesta investigação.

O objectivo aqui é discutir a origem do conceito de Economia Solidária e os diferentes significados que vários autores lhe atribuem, influenciados tanto por correntes teóricas diferentes, quanto por práticas e contextos socioeconómicos também eles diferentes.

### *1.2.1. Economia Social*

A origem histórica da economia social remonta a acontecimentos muito anteriores ao aparecimento das cooperativas e do movimento associativo. Das suas expressões mais antigas fazem parte formas de associações humanas, baseadas na solidariedade e ajuda mútua, que ocorreram no Egipto dos faraós, na Antiguidade greco-latina, na Europa da Idade média, na China Imperial ou na América Pré-Colombiana (Defourny, 2009).

No entanto, o surgimento da economia social é consensualmente associado ao aparecimento das primeiras formas legais de manifestação de solidariedade e ajuda mútua, ocorridas na primeira metade do século XIX, no período pós revolução industrial, mas também ao pensamento de socialistas utópicos como Owen, King, Fourier, Saint-Simon e Proudhon. Esses ‘pensadores do socialismo associacionista’ tiveram um papel fundamental, promovendo sobretudo, cooperativas de produtores (Defourny, 2009).

No campo da realidade prática, ao lado das propostas dos socialistas utópicos o movimento operário também propunha a formação de cooperativas como forma de resistência e alternativa ao capital (Lima, 2009). Um marco histórico na edificação da economia social ocorre em 1844 em Rochdale, quando um conjunto de operários formaram a Rochdale Society of Equitable Pioneer, uma cooperativa voltada para o consumo de bens, que com o passar do tempo se expandiu, em número de membros e de cooperativas, com o objectivo de produzir industrialmente e de educar os membros e os seus filhos. Foi o início do movimento cooperativo, cuja expansão se deu em vários países europeus, e a primeira organização oficialmente registada a fazer parte do que Defourny (2009) chama de “economia social moderna”.

Segundo concluem Laville e Chaniel (2006), o movimento operário e socialista tornou-se o laboratório das formas associativas que nasceram em França e na Europa na segunda metade do século XIX, constituindo uma matriz associacionista tendo como base as elaborações teóricas dos socialistas utópicos e ao mesmo tempo, a realidade das práticas operárias, mais pragmáticas.

Em suma, o surgimento da economia social no século XIX teve como impulsionadores, de um lado a produção teórica do socialismo utópico, e de outro o movimento operário, traduzido na vontade dos trabalhadores em se associarem, num processo de luta e resistência contra o capitalismo oriundo da revolução industrial, que precarizava as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Actualmente existe alguma controvérsia em classificar que organizações são da economia social, uma vez que existem duas maneiras de o fazer: a classificação pelos princípios da actuação e organização ou simplesmente pelo estatuto jurídico.

Sendo assim, as formas legais correspondentes a organizações da economia social reconhecidas na Europa, segundo a União Europeia e o CEP-CMAF, que em 1990 sugeriu a introdução das fundações no quadro da economia social (Defourny, 2009), são: 1) cooperativas; 2) mutualidades; 3) associações; e 4) fundações. Ou seja, uma das formas de

classificar as organizações é olhar para o estatuto jurídico e considera-las organizações da economia social, se legalmente forem uma dessas quatro formas.

Uma forma mais rigorosa de análise é classificar a organização com base nos princípios de actuação e organização da economia social, para além do seu estatuto jurídico. Entre várias formulações de aspectos e princípios gerais, destacam-se duas: a primeira, a formulada pela CEP-CMAF e inscritos na carta da economia social (2002), em que 1) deve ser dada primazia ao indivíduo e ao objectivo social sobre o capital; 2) participação aberta e voluntária; 3) controlo democrático pelos membros; 4) combinação entre interesse dos membros/utilizadores e/ou interesse geral; 5) defesa e aplicação do princípio de solidariedade e responsabilidade; 6) autonomia na gestão e independência face ao poder público; e 7) a maior parte do excedente deve ser canalizado para a sustentabilidade do desenvolvimento dos objectivos que a organização persegue.

Uma segunda abordagem é sugerida por Defourny (2009), em que surgem apenas 4 ‘princípios maiores’, sendo eles: 1) objectivos de prestação de serviços aos membros ou à comunidade; 2) autonomia na gestão; 3) controlo democrático pelos membros; 4) primazia ao indivíduo e ao objectivo social sobre o capital na distribuição dos excedentes.

Uma dificuldade ainda maior do que identificar o que pertence ou não à economia social, é definir o conceito de uma forma unânime. Uma das principais razões, como nos mostra o relatório elaborado pelo CIRIEC a pedido do comité económico e social europeu, é o facto de em alguns países o reconhecimento e a aceitação do conceito de economia social ser ainda nulo ou muito reduzido.

Nos países onde o uso do conceito economia social não é comum, usam-se outros que por vezes se confundem com o de economia social. Sector não lucrativo (EUA), sector voluntário (Reino Unido e países nórdicos), ONG e organizações de base (países do sul), e terceiro sector são os mais usuais, sendo que este último é normalmente utilizado como equivalente universal, para facilitar análises comparativas e pode ser definido, segundo Ferreira (2009, p.322), como “o conjunto de relações sociais diferentes das do estado e do mercado”. Deste conceito se realça o facto de ser demasiado simplista e abrangente, e que em rigor é diferente de economia social.

Um conjunto de organizações e autores como Defourny, Laville, Desroches, Vieney, entre outros, contribuíram para a definição do conceito de economia social, que em muitas dessas definições é baseado nos princípios, valores e estatutos jurídicos que foram identificados acima. De todas as definições, destaca-se a elaborada no âmbito do primeiro congresso de economia social:

Toda a actividade económica baseada na associação de pessoas e entidades de natureza democrática e participativa cuja primazia é dada aos contributos e ao trabalho pessoal mais do que o ao capital. As associações deste sector são: a) cooperativas e associações de produção; b) mutualidades; c) associações e fundações e outras entidades que respeitam os princípios da Economia Social. (OBESP, 2011: p. 7).

### *1.2.2. Economia Real e Economia Plural*

Partindo da definição de economia social adoptada no ponto anterior, podemos concluir que economia é muito mais para além do que é o mercado. Reduzir economia à economia de mercado é uma percepção que Polanyi (2000) classifica como um sofisma económico. A abrangência do que é economia não se esgota no campo da economia social e do mercado.

Este ponto serve para esclarecer, com o auxílio de contributos de Laville e Polanyi (2000), a pluralidade da economia, em que “as relações entre os produtores e entre estes com a natureza são regidas por princípios económicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas” (Laville, 2009: 145).

Karl Polanyi (2000) advoga que diminuir o pensamento económico ao princípio mercantil teve como uma das principais consequências o desligar entre o económico e o ser vivo. Consequentemente, Laville (2009) a partir do trabalho de Polanyi identifica dois traços característicos da economia moderna, o primeiro é a autonomia dada aos mercados, conferindo-lhes um papel central na economia. A ruptura entre os mercados e as pessoas parece ser incongruente e fazer pouco sentido, na medida em que todos os mercados são criações humanas, e por isso mesmo são movidos por sentimentos humanos, como a euforia, o medo, a confiança, entre muitos outros. Esta última frase leva-nos ao segundo traço característico da economia moderna, “a identificação do mercado como instância autorregulada” (Laville, 2009: 145). Defender o comportamento humano como racional e atomista, resulta na possibilidade de se fazer deduções a partir da previsão de comportamentos, que na realidade não são previsíveis.

Perante este cenário, Karl Polanyi (2000) define três outros princípios fundamentais que compõem a economia real, diferentes do princípio do mercado, e são eles: o princípio da reciprocidade, o princípio da redistribuição e o princípio da domesticidade. O princípio da reciprocidade é assente numa lógica de dádivas em que o objectivo não visa o lucro nem ganhos materiais, e que é sustentado por Polanyi recorrendo a um exemplo de comércio Kula

nas ilhas Trobriand, em que “As mercadorias não são acumuladas, nem mesmo possuídas permanentemente; o gozo dos bens recebido está justamente em poder dá-los em seguida; não existe nenhuma disputa ou controvérsia, e nem barganha, permuta ou troca.” (Polanyi, 2000: 69), estamos então perante uma esfera não monetária da economia. O Princípio da redistribuição, uma esfera da economia que é não mercantil, tem como base “o chefe ou outro membro proeminente do grupo; é ele quem recebe e distribui suprimentos, especialmente se eles precisam de ser armazenados. Esta é a verdadeira redistribuição” (Polanyi, 2000: 71). Actualmente, nas sociedades modernas, o estado é a instituição centralizadora dos recursos a distribuir. Por fim, princípio da domesticidade, o mais esquecido e ignorado por todas as correntes teóricas da economia, é fundamental na análise de Polanyi, porque “está destinado a desempenhar um grande papel na história” (Polanyi, 2000: 73), consiste na produção para o próprio uso, e é uma esfera da economia não monetária e não mercantil.

### *1.2.3. Economia do Trabalho*

A economia do trabalho tende a contrariar a lógica da economia capitalista, que ao longo de décadas conseguiu retirar progressivamente a centralidade do trabalho na economia. Uma das consequências do crescimento da economia capitalista é a separação “entre a pessoa e a sua capacidade de trabalho” (Coraggio, 2009: 120), transformando o trabalho em mercadoria em função do capital, conferindo a possibilidade de ser transaccionada enquanto “mercadoria fictícia”, como lhe chama Polanyi (2000, 1957).

Actualmente, nas sociedades em que a economia capitalista progrediu mais e onde os mecanismos de protecção social institucionalizados foram sendo diminuídos em nome de um “mercado livre” e da “auto-regulação”, o trabalho não é garantia de protecção contra a pobreza ou de concretização dos horizontes de vida almejados por cada trabalhador, mas é antes um destruturante desses mesmos horizontes de vida subjetivos (Coraggio, 2009).

Se por um lado, a economia capitalista vê a economia como um elemento subjugado ao mercado, mediada por uma competição incessante pela busca da riqueza e da acumulação de capital, por outro, a economia do trabalho concebe a economia como um conjunto de cinco princípios de integração social, que segundo Coraggio (2009) são eles: 1) o auto comando da unidade doméstica; 2) a reciprocidade dentro da comunidade e para com outras comunidades; 3) redistribuição nos diversos sectores da sociedade; 4) intercâmbio entre mercados regulados e livres; e 5) planeamento da complexidade (ter em conta os efeitos não-intencionais de acções particulares), orientada solidariamente pela reprodução ampliada das capacidades de

todos e da qualidade de vida em sociedade. Enquanto a economia capitalista almeja o progresso quantitativo, a economia do trabalho prevalece a qualidade de vida em sociedade, a harmonia de todos os cidadãos na procura do bem comum, ancorada em valores como a solidariedade e a reciprocidade, contribuindo para a defesa, como vimos no ponto anterior, de que a economia é bem mais para além da economia de mercado.

As unidades domésticas estão para a economia do trabalho, como a empresa tradicional está para a economia capitalista. Segundo Coraggio (2009), as unidades domésticas podem estender-se e originar outras tipologias organizativas, como associações, comunidades organizadas, redes de diversos tipos, sempre com o objectivo de melhorar as condições de vida subjectivas. O conjunto das unidades domésticas dá forma áquilo a que se chama de economia popular (Coraggio, 1999).

Para além da possibilidade real, de estas iniciativas que colocam o trabalho como questão central, não o expropriam e nem o olham como um meio para a acumulação de mercadorias, progressivamente penetrarem no espaço da economia capitalista, recuperando recursos que foram sendo alienados em nome dessa acumulação, essas mesmas iniciativas/organizações podem ir mais além e actuar de uma forma mais abrangente, em movimentos relacionados com a defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, da posse pela terra ou da igualdade de género (Quiroga, 2007, in Coraggio, 2009), entre outros. Porque, de uma forma geral [...]

A empresa capitalista não freará espontaneamente a expropriação do meio ambiente, a exploração do trabalho alheio, a troca desigual ou a degradação da qualidade de vida enquanto essas operações resultarem em lucros exorbitantes. [...] o capital não se preocupará com os desequilíbrios sociais, políticos, psicológicos ou ecológicos gerados por suas acções ou pelo conjunto das suas empresas nos territórios onde ele se aloje temporariamente (Coraggio, 2009: 123).

Em suma, a proposta da economia do trabalho passa por devolver aos trabalhadores o controlo da sua própria vida, começando pelo retorno ao controlo dos mesmos da sua capacidade de trabalho, para que se possam desenvolver livremente em associação com outros trabalhadores, pessoas em geral e comunidades. A passagem para uma economia do trabalho pode ser entendido, grosso modo, como um passo no longo caminho que é o engrandecimento dos valores, princípios e objectivos que estão também agregados a outras 'economias', à economia social, à economia popular e à economia solidária.

#### *1.2.4. Economia Popular*

Do mesmo modo que a economia social na Europa pode ser considerada como a origem da versão europeia do conceito de economia solidária, podemos considerar a economia popular como a principal influência na construção da versão brasileira do conceito de economia solidária.

Sucintamente, segundo Icaza e Tiriba (2009) da economia popular podem ser consideradas todas as actividades desenvolvidas pelos trabalhadores excluídos do mercado de emprego formal, ou que nele nunca conseguiram entrar, mas também por aqueles que, devido à precariedade das condições de trabalho, perda de rendimento ou de direitos sociais, procuram aumentar o seu rendimento e os “bens simbólicos necessários à reprodução ampliada da vida” (Icaza e Tiriba, 2009: 151). Ainda assim, apesar da abrangência, existem diferenças entre o que é economia popular e economia informal.

Segundo as mesmas autoras (2009), o conceito de economia popular pode ser definido como:

O conjunto de actividades económicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objectivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. [...] A economia popular é uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos (Icaza e Tiriba, 2009: 150).

Daqui se depreende que a economia popular é capaz de acolher tanto aqueles que estão no desemprego e afastados do mercado de trabalho, como aqueles que estão em condições desfavoráveis perante o emprego, mesmo que o tenham. O que vem reforçar a ideia de que o facto de se ter um emprego não garante a satisfação total das necessidades humanas, e de que muitas das vezes a economia popular acolhe trabalhadores que estavam empregados no mercado, não tanto pela possibilidade do aumento do rendimento monetário, mas pela possibilidade de satisfação de outras necessidades, culturais, sociais, biológicas, ou outras.

Para Laville e França Filho (2004: 162), a economia popular “trata-se da produção e desenvolvimento de actividades económicas sob uma base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades e saberes (competências) no plano local”. A forma de organização que ilustra bem a articulação entre necessidades e saberes é a tradição do

‘mutirão’. Sucintamente, o mutirão é um sistema de auto-organização local e popular para a realização de projectos, onde todos os membros da comunidade são envolvidos e participam na concretização dos seus próprios projetos coletivos (Laville e França Filho, 2004, França Filho, 2006; Icaza e Tiriba, 2009).

O autor argentino José Luis Coraggio e o chileno Luis Razeto, são dos que mais se têm debruçado sobre a questão da economia popular, desenvolvendo interpretações sobre o conceito que estão estreitamente associadas ao contexto específico da América do Sul, caracterizado pela ausência de estado providência, como o conhecemos na Europa.

Ainda assim, existem algumas diferenças na forma como os dois autores interpretam o conceito de economia popular. Para Coraggio (1991) o principal diferenciador entre a economia popular e os outros sectores da economia é o facto da economia popular assumir uma lógica de “reprodução ampliada da vida”, e não somente do capital. É uma economia centrada no trabalho e não na acumulação de capital, em que o trabalho é o meio pelo qual se busca a qualidade de vida.

O autor defende que o ponto de partida económico para a construção de uma economia popular tem de incluir como elemento central as economias domésticas, que podem ser individuais, familiares, comunitárias ou cooperativas, fazendo uso da sua força de trabalho – seu bem mais precioso – com o objectivo de atingir a tal ‘reprodução ampliada da vida’ dos seus membros (Coraggio, 1993). A ‘reprodução ampliada da vida’ está associada ao uso do trabalho, mas vê no trabalho um meio para atingir outros objectivos e satisfações pessoais, reproduzindo cultural e biologicamente (Coraggio, 1993) a vida dos trabalhadores da economia popular.

De outro modo, Razeto (1993) entende a economia popular como um fenómeno mais abrangente que ocorre em todos os países da América do Sul. Para o autor a economia popular encontra-se presente nas unidades económicas familiares, individuais ou em grupos mais alargados, sendo a ausência de capital um traço característico dessas unidades económicas, pois “sua única riqueza é a força de trabalho” (Razeto, 1993: 31).

Para Razeto (1993) existem cinco tipologias de actividades e empreendimentos que fazem parte do universo da economia popular, que podem passar por actividades ilegais, soluções assistencialistas, iniciativas individuais não formalizadas, iniciativas individuais e familiares de microempreendedorismo, e por fim as organizações económicas populares (OEP’s).

A diferença entre os dois autores pode resumir-se na forma mais ou menos abrangente como vêm o universo da economia popular e no papel atribuído ao trabalho, sendo que para

Coraggio é visto como um meio para atingir um outro patamar, enquanto para Razeto o trabalho é uma ferramenta que os trabalhadores desprovidos possuem – a única - para dar respostas imediatas face a problemas urgentes, tendo por base as relações de solidariedade entre si. Para ilustrar melhor estas diferenças, se por um lado Coraggio vê na Economia do Trabalho (ver 2.1.3) o resultado da evolução da economia popular, Razeto chama a essa evolução de Economia de Solidariedade (Razeto, 1993).

Ora, para que essa evolução aconteça e para que a economia popular evolua e se transforme em algo maior, França Filho (2006) identifica quatro grandes desafios. Primeiro, é necessário ultrapassar a cultura política face aos meios associativos populares, dominada por “relações personalísticas, clientelísticas e assistencialistas” (França Filho, 2006: 59); Segundo, é necessária uma aposta na melhoria das qualificações e níveis de profissionalização dos trabalhadores envolvidos nos projectos da economia popular; Terceiro, a gestão dessas organizações deve levar em conta a necessidade de harmonização entre a eficiência técnica e produtiva, a legitimidade social e a democracia e solidariedade do projecto; Quarto, e por último, a necessidade de se construir um novo quadro legal que resulte no reconhecimento público destas novas formas económicas, servindo para as proteger e potenciar, mantendo invioláveis os princípios de base comunitária, de gestão democrática e de solidariedade.

### **1.3. O conceito de Economia Solidária**

A partir do conjunto de contributos expostos no ponto anterior, percebe-se que o conceito de economia solidária assume contornos diferentes conforme o contexto em que foi definido e/ou a formação teórica e académica dos diferentes autores. Para Gaiger e Laville (2009: 162) o conceito de economia solidária é utilizado “em vários continentes, com acepções variadas que giram em redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante”.

Actualmente são reconhecidas três versões diferentes do conceito de economia solidária, a versão Francófona, a versão Ibero-Americana, e a mais recente versão da Macaronésia. Neste subcapítulo serão apresentadas as versões Francófona e Ibero-Americana, pela sua maior expressão face à versão da macaronésia, tanto a nível científico como prático.

### *1.3.1. A versão francófona*

É comum aos vários autores que trabalham as questões da economia social e solidária a afirmação de que, a economia social que esteve presente na segunda metade do século XIX e na primeira metade de século XX entrou em crise no período pós-segunda guerra, principalmente na Europa e Estados Unidos, onde o trabalho assalariado, pelo aumento dos salários reais, passou a garantir um nível de vida aceitável e onde paralelamente se iam conquistando um conjunto de direitos sociais, como redução das horas de trabalho e fortalecimento dos sistemas nacionais de segurança social. Formou-se assim um modelo de desenvolvimento baseado na “sinergia entre mercado e Estado” (Laville e Chaniel, 2006: 49), em que os trabalhadores se reconciliaram com o assalariamento (Singer, 2002a). Este cenário teve como resultado a diminuição da força com que os trabalhadores, principalmente do sector operário, lutavam contra o capital e contra a realidade do trabalho assalariado com remunerações baixas e cargas horárias elevadas, e consequentemente utilizarem menos a economia social enquanto motor dessa luta.

Porém, nos anos 80 do século XX, as falhas do sistema de emprego assalariado, a crise do trabalho, e a crescente insuficiência do estado social e dos sistemas de segurança social, conceberam o espaço para o ressurgimento de novas formas de solidariedade económica, configurando aquilo que começou a ser chamado de economia solidária no início dos anos 90 do mesmo século, por iniciativa de Jean Louis-Laville.

A uso do termo economia solidária, no início dos anos 90, começou a ser utilizado para fazer referência às actividades económicas organizadas por cidadãos e, produtores e consumidores que tinham como base os valores de solidariedade, autonomia, cooperação e gestão democrática (Laville e Gaiger, 2009).

De entre todas as iniciativas destacam-se as redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo, de finanças éticas, empresas sociais, cooperativas sociais, entre outros (Laville e França Filho, 2004).

Para além das novas iniciativas que surgiram depois dos anos 80 do século XX, um exemplo que foi e continua a ser como uma ‘bandeira’ para os militantes da economia solidária, bem como uma referência para os investigadores, é o complexo cooperativo Mondragón, situado no país basco e criado em 1956. É o maior complexo cooperativo do mundo (Singer, 2002), e não inspirou a economia solidária apenas na Europa, mas por todo o mundo. Trata-se de um complexo que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguros, uma

universidade e várias cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas (Singer, 2002). A notoriedade do complexo deve-se tanto à sua dimensão quanto à forma como preservaram os princípios do cooperativismo, assentes em relações de solidariedade, gestão democrática e autonomia. Com o conflito entre a necessidade de produzir em escala e a manutenção da participação democrática por parte dos membros, a solução encontrada passou por criar cada vez mais cooperativas, descentralizando a produção de consumos intermédios e limitando o número de membros em cada cooperativa para que fosse possível a participação de todos na gestão de cada uma das cooperativas.

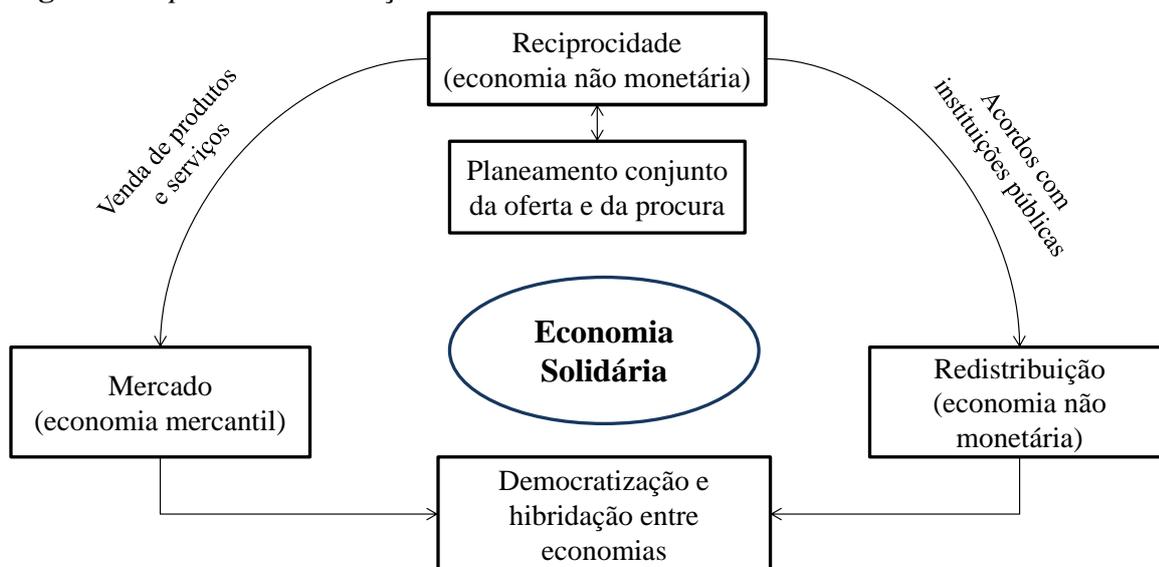
O exemplo do complexo cooperativo de Mondragón é emblemático e, devido à sua participação no mercado, na medida em que é lá que vende uma parte da sua produção, levanta uma questão essencial: a economia solidária e a economia do capital são compatíveis ou a primeira deve combater a segunda porque existe para colmatar as suas falhas? No trabalho desenvolvido para a elaboração do conceito de economia solidária, Jean Louis Laville responde a essa questão e defende a existência de uma economia plural, onde a economia solidária convive e se articula (Laville e França Filho, 2004) com a economia do capital.

Essa proposta de uma ‘hibridação entre economias’ passa por consolidar as estruturas da economia solidária através da consolidação de combinações entre as economias mercantil, não-mercantil e não monetária (Laville e França Filho, 2004). Como vimos anteriormente neste trabalho em “economia real e economia plural”, os limites dos serviços económicos utilizando apenas uma só esfera da economia são óbvios e demasiado visíveis.

O objectivo é a acumulação e articulação das vantagens das diferentes esferas da economia, a liberdade individual conferida pela economia monetária e mercantil, a igualdade conferida pela economia monetária da redistribuição, com as vantagens da economia não-monetária que contextualizam as trocas através dos serviços de proximidade (Laville e França Filho, 2004), abolindo o anonimato caracterizador do mercado capitalista, e aproximando os produtores dos consumidores.

Assim, esta proposta de uma economia híbrida com a economia solidária a assumir um papel central, pode ser resumida através da seguinte figura:

**Figura 1:** *Tipo ideal de serviços solidários*



Fonte: Adaptado de Laville e França Filho (2004: 108)

O esquema mostra que articulando as diferentes esferas da economia, podemos ter uma economia solidária preponderante aliando os valores da solidariedade e reciprocidade à possibilidade de ter projectos sustentáveis que participam no mercado. Além disso, a articulação com as instituições e espaços públicos concebem o espaço - espaços públicos de proximidade (Laville e França Filho, 2004) - para a criação a desenvolvimento de uma dimensão política, onde a democracia se impõe e onde os indivíduos são os principais actores na resolução dos seus problemas concretos e na realização das suas práticas.

Segundo Laville, a economia solidária pode ser definida como:

O conjunto das actividades económicas sujeitas à vontade de uma acção democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material; contribui assim para a democratização da economia, a partir de envolvimento da cidadania (Laville in Amaro, 2009: 16).

Perante a figura 1 e a definição do conceito apresentada, pode-se concluir que a economia solidária privilegia duas dimensões, a dimensão económica e a dimensão política, não política partidária, mas política num sentido mais amplo que diz respeito à vida em sociedade. Por outras palavras, segundo Laville e França Filho (2004) duas características da versão francófona do conceito de economia solidária se apresentam como maiores face às outras: 1) A hibridação de economias, que articula diferentes fontes de recursos, e diz respeito

à dimensão económica do conceito; e 2) O planeamento conjunto da oferta e da procura, ou seja, é localmente através da participação dos locais, que se percebem as necessidades e em consequência disso se constroem as respostas através de serviços, produtos, ou outros. Esta segunda característica diz respeito à dimensão política do conceito.

### *1.3.2. A versão Ibero-Americana*

A versão Ibero-Americana do conceito de economia solidária abrange uma grande diversidade de países da América do sul e da América Central (principalmente Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Apesar das diferenças entre os vários países, inclusive na nomenclatura, sendo que alguns deles, principalmente por iniciativa dos governos, denominam a economia solidária de economia popular, de economia dos sectores populares ou de economia informal, há pelo menos uma característica comum: o surgimento das iniciativas da economia solidária veio das camadas da população mais desfavorecidas e excluídas, num processo de luta que tem como principal objectivo a subsistência, organizada de forma comunitária e solidária.

Tendo em conta toda a diversidade de experiências da economia solidária nos países Ibero-Americanos, não existe até ao momento e é difícil conceber uma definição única para a versão da economia solidária Ibero-Americana (Roque Amaro, 2009). Por esse motivo e pelo contexto em que se insere o objecto deste trabalho, neste ponto irá ser dada maior importância à economia solidária no Brasil, que apesar de partilhar muito com a economia solidária dos restantes países Ibero-Americanos, não esgota tudo o que há para dizer sobre as práticas da economia solidária nesses mesmos países.

Segundo a definição assumida pela SENAES, a economia solidária apresenta-se como o conjunto de actividades económicas de produção, distribuição, poupança e crédito, tendo como base uma organização sob forma de autogestão, possuindo as seguintes características chave: 1) Cooperação, o resultado de objectivos e interesses comuns e da união dos esforços e capacidades dos trabalhadores envolvidos; 2) Autogestão, em que empreendimentos solidários são geridos, na totalidade, pelos trabalhadores de forma democrática; 3) Dimensão económica, que é uma das grandes motivações da agregação de esforços entre trabalhadores, com o objectivo de produzir, fornecer crédito, comercializar ou consumir. Os objectivos económicos não justificam nunca, a exploração de outros trabalhadores, nem do meio ambiente; e 4) Solidariedade, que deve ser expressa de diferentes formas, na justa distribuição

dos ganhos e oportunidades, mas também solidariedade com o meio ambiente, com as comunidades locais, incentivando um ‘novo’ desenvolvimento sustentável que respeita a cultura e o direito de todos ao bem-estar e a uma vida digna.

Para o autor Luiz Ignacio Gaiger (2006), a economia solidária é um campo de práticas com as seguintes características: compreende formas de trabalho a que os trabalhadores excluídos dos restantes sistemas de emprego têm acesso, essas formas fundam-se, estão enraizadas e prolongam-se na economia sectores populares; vai para além da economia popular, na medida em que busca algo mais do que a resolução de emergências e o assegurar da subsistência por intermédio da geração de rendimento; a economia solidária compreende o conjunto de empreendimentos que têm por objectivo principal o benefício económico, ou outros, para os seus membros. Para além disso, contribuem para a melhoria dos serviços de saúde, da educação, da preservação do meio ambiente, etc., tendo em vista o interesse comum; Por fim, a economia solidária para Gaiger, alinha-se com um fenómeno mais geral na busca por uma economia alternativa à economia capitalista, implementando empreendimentos e iniciativa que almejem o desenvolvimento humano integral, isto é, individual, social e ecológico (Camacho, 1996, in Gaiger, 2006).

Avançando, para Paul Singer a economia solidária é:

Um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo [...], a economia solidária casa o princípio de unidade entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios. [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos (Singer, 2002c: 13)

Analisando as palavras de Singer, torna-se evidente que para o autor a economia solidária constitui-se como um motor de luta contra o modo de produção e distribuição típico da economia capitalista, e aqui se realça uma das principais diferenças entre a forma como é vista e economia solidária ‘cá e lá’, ainda que alguns autores Ibero-Americanos se sintam mais próximos da versão Francófona do conceito de economia solidária, e vice-versa.

Ainda segundo Singer (2002c), a forma organizativa típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios são: a posse colectiva dos meios de produção pelos cooperadores, a gestão democrática e a participação directa ou representada quando o número de trabalhadores é muito grande, distribuição dos ganhos pelos cooperadores, o investimento

do excedente é discutido e decidido democraticamente por todos, a cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, e em caso de empréstimos dos cooperadores a taxa de juro deve ser igual à menor do mercado naquela data.

Para além de ser um dos principais teóricos neste tema, Paul Singer tem um papel fundamental na prática da economia solidária no Brasil, pelo cargo público que ocupa, e também fora do Brasil pela forma como as políticas da SENAES têm inspirado a economia solidária noutros países. Para além do Brasil, outros países na América Central e do Sul têm visto os seus governos a criarem ministérios e secretarias dedicadas à economia solidária, como é o caso da Venezuela, que nos últimos anos dedicou percentagens do PIB muito superiores àquilo que o governo brasileiro tem dedicado (Schmidt, 2013).

Em relação à realidade brasileira das práticas da economia solidária, houve uma grande influência da Cáritas a partir dos anos 80 do século XX, quando a associação religiosa tomou a iniciativa de financiar inúmeros projetos denominados de PAC's (projetos alternativos comunitários), cujo principal objectivo era gerar trabalho e rendimento (Singer, 2002b). Depois, uma boa parte desses pequenos projectos acabou por se transformar em empreendimentos da economia solidária. Outros elementos importantes para a consolidação do campo da economia solidária no Brasil foram: a recuperação de empresas falidas por parte dos trabalhadores, transformando essas empresas em cooperativas autogeridas, fenómeno que se desenvolveu sobretudo na década de 1990; o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que constituiu uma reforma agrária, resultando em pequenas unidades de produção agrícola sob forma de cooperativas agrícolas autogestionárias; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS); e por fim, na viragem do século, a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e da Rede Brasileira de Socio-Economia Solidária, criada por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no ano de 2001 foram os principais acontecimentos da evolução da economia solidária no Brasil até ao ano de 2002 (Singer, 2002b).

Depois de 2003, com a criação da SENAES, o impulso que a economia solidária no Brasil sofreu foi tal, que “a complexidade do campo da economia popular e solidária se reflecte em suas diferentes formas de expressão” (França Filho, 2006: 60). O número de experiências aumentou significativamente, em quantidade e diversidade e seria exaustivo descrever todas as tipologias de organizações afectas à economia solidária, que podendo ser agrupadas em três modalidades principais (França Filho, 2006), a seguinte tabela permite resumir essa mesma realidade.

## Quadro 2: A economia solidária no Brasil

<b>Empreendimentos Económicos Solidários (EES)</b> →	<b>Entidades de Apoio e fomento (EAF)</b> →	<b>Redes de Gestores públicos de Fomento à ES</b>
Bancos comunitários de desenvolvimento (Banco Palmas, entre muito outros)	Cáritas	Instâncias Governamentais
Clubes de troca	MST	SENAES
Cooperativismo Popular	ITCP's	
Associações e outros casos	Fundação Unitrabalho	
Redes (Rede brasileira de Socio-Economia Solidária)	ADS	
Fóruns		

Fonte: Adaptado de França Filho (2006)

Em suma, como podemos verificar pela tabela, que as três principais modalidades de experiências da economia solidária são: Os empreendimentos económicos solidários, que operam na base da economia solidária; as entidades de apoio e fomento (EAF) aos empreendimentos solidários; e as formas de auto-organização política, que nas instâncias governamentais incluem governos estaduais, prefeituras e muitos outros organismos (França Filho, 2006).

### Síntese

A análise aos contributos que estão na origem da construção do conceito de economia solidária tem de ser feita tendo em conta o contexto em que esses contributos foram surgindo, ou seja, o aparecimento da economia social na Europa do século XIX está directamente relacionado com a revolução industrial e com o surgimento do capitalismo industrial que precarizou as condições de trabalho da classe operária. A economia social, foi o veículo encontrado pelos operários para melhorarem a sua qualidade de vida, através de processos de compras colectivas, poupança, protecção social, crédito, entre outros. Por outro lado, o contexto histórico da América Latina, onde o trabalho assalariado nunca teve a mesma expressão que na Europa, teve como resultado a expansão da economia popular enquanto forma de gerar rendimento.

Em resultado disso, o conceito de economia solidária foi consolidado na Europa e na América Latina também com algumas diferenças. A principal tem a ver com o facto de a questão central e prioritária para a economia solidária na América Latina ser a criação de rendimentos e postos de trabalho para as populações mais desfavorecidas económica, social e culturalmente, enquanto na Europa a questão da geração de rendimento divide o protagonismo com outros aspectos, como as relações de reciprocidade, melhorias no consumo e na forma de comercializar, o respeito pelo meio ambiente, finanças éticas, entre outros. Não obstante, ambas as realidades dão importância à questão da geração de rendimento e trabalho, bem como aos outros aspectos que a diversidade das práticas da economia solidária abrange. Porém, em consequência de diferentes realidades históricas, económicas e culturais, as economias solidárias da Europa e América Latina apresentam diferentes contornos.

Ainda que essas diferenças das duas versões da economia solidária sejam relevantes, os pontos de contacto são inúmeros. Desses pontos de contacto, como a gestão democrática, a inexistência de lucro, a primazia dada ao indivíduo e não ao capital, o interesse colectivo em detrimento do individual, entre tantos outros, destacam-se dois, bastante específicos, que são importantes para a interpretação deste trabalho: o planeamento e percepção no local das necessidades (procura) e competências (oferta), e a interacção entre a economia solidária e o poder público.

#### **1.4. As Redes de Colaboração Solidária**

Apesar das diferenças entre a economia solidária no Brasil e na Europa como demonstrado anteriormente, a teoria das redes de colaboração solidária tem muito que ver com as duas realidades, sobretudo ao nível dos princípios e valores, e por isso se justifica a discussão teórica que se segue. E apesar de ter maior expressão na América-Ibérica, na teoria, e também na prática através de cadeias produtivas solidárias, as redes de colaboração solidária configuram-se como potenciais formas organizativas a replicar noutros contextos para além do Brasileiro.

No livro intitulado *A Revolução das Redes*, da autoria de Euclides André Mance, o autor deu início a um movimento teórico que pretende demonstrar como a colaboração solidária pode ser uma alternativa à sociedade capitalista actual, onde o modo de consumir e produzir tem estado alicerçado em formas de exploração das pessoas e do meio ambiente. Essa proposta passa essencialmente por, gerar rendimento para aqueles que estão

desempregados ou insatisfeitos com a exploração capitalista e promover um melhor padrão de consumo onde prevaleça o equilíbrio ecológico (Mance, 2000a, 2000b, 2003).

#### *1.4.1. O que é uma rede de colaboração solidária?*

Em primeiro lugar, importa frisar que uma rede de colaboração solidária contempla três aspectos básicos: económico, político e cultural. A cada um dos aspectos não corresponde uma rede, mas a rede de colaboração solidária compreende e canaliza fluxos económicos, culturais e políticos dentro de si mesma (Mance, 2000a).

A principal característica de uma rede de colaboração solidária é a interligação que se verifica entre produtores, consumidores, e prestadores de serviços dentro da mesma organização. Actuam como elos conectados entre si, sediados naquilo que Mance (2000a, 2003) chama de células, e todos se comprometem a consumir os produtos que são produzidos dentro da própria rede, garantindo a geração de trabalho e rendimento a si mesmos e aos restantes trabalhadores que integram a rede. Essa sinergia colectiva potencia um movimento de autopoiese, onde cada elemento pertencente à rede participa na sua reprodução e também na reprodução dos outros elementos (Mance, 2009).

Considerando as redes de colaboração solidária como “uma estratégia para potencializar as conexões já existentes e conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, consumidores e outras organizações populares, num movimento de realimentação e crescimento conjunto, antagónico ao capitalismo” (Mance, 2009: 279), existem quatro critérios básicos de participação nessas redes: 1) inexistência de exploração dos trabalhadores, opressão política ou dominação cultural nos empreendimentos que participam; 2) preocupação com a preservação do equilíbrio ecológico nos ecossistemas (apesar de se respeitar os empreendimentos que se encontrem em fase de transição neste aspecto); 3) partilha de montantes significativos do excedente tendo como objectivo a expansão da própria rede; e 4) autodeterminação dos fins e prática da autogestão dos meios, colaborando e cooperando (Mance, 2009).

Tendo como finalidade básica o assegurar do bem viver de todos aqueles que fazem parte da rede de colaboração, segundo Mance (2009) esse objetivo é alcançado quando: 1) se produz nas redes tudo que ainda se adquire no mercado capitalista, aproximando todos os produtos e serviços aos valores éticos e ecológicos que caracterizam a economia solidária; 2) se corrige o fluxo de valores para que se pare de realimentar a produção capitalista, ou seja, ajustar a produção às necessidades da rede para que não seja necessário a aquisição de

produtos e serviços a organizações capitalistas; 3) se geram postos de trabalho e se distribuem rendimentos pelos trabalhadores, através da criação de novos empreendimentos solidários dentro da rede para satisfazerem as próprias necessidades da rede, resultando num ciclo virtuoso; e 4) se garantem as condições económicas necessárias para o exercício das liberdades públicas e privadas de cada indivíduo, que deve ser feito através do reinvestimento colectivo dos excedentes, possibilitando a redução do tempo de trabalho, a melhoria da qualidade de vida, do tempo livre e do padrão de consumo de cada pessoa.

Em suma, as Redes de Colaboração Solidária operam no sentido de “atender a necessidades imediatas da população [...] ao mesmo tempo, as redes combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão” Mance (2005: 4). Estamos perante uma estrutura organizativa, que, actuando no seio e incorporando os valores e princípios da economia solidária, substitui o modelo de produção e consumo capitalista, configurando-se como uma alternativa ao próprio capitalismo, na medida em que, quanto maior for a extensividade de cada rede, menor será a preponderância do modelo capitalista.

#### *1.4.2. Organização de uma Rede de Colaboração Solidária*

A questão que imediatamente se coloca quando se aborda a organização de uma rede de colaboração solidária é saber como é que se organiza, e de que forma se dá início a uma rede. Ela pode ser organizada de diversos modos, e tanto pode ter começado a partir dos produtores, como dos consumidores, sendo que o fundamental é que produtores e consumidores solidários se unam (Mance, 2003).

Se não existirem produtores solidários para que se construa a rede a partir das unidades de produção, a alternativa passa por edificar a rede partindo dos consumidores. Qualquer grupo de consumidores pode produzir aquilo que tem capacidade e recursos para produzir, mas que continuam individualmente a adquirir no mercado, como bens alimentares, roupas, produtos de limpeza, entre muitos outros. Imaginando que o primeiro passo é a constituição de grupos de compras, para comprar em maior quantidade e menor preço, com o dinheiro poupado pelo grupo é possível constituir um fundo para montar cooperativas de produção com a finalidade de produzir de acordo com as próprias necessidades do grupo (Mance, 2003), assim os consumidores passariam a ser simultaneamente produtores conectados numa mesma rede.

Em resultado disso, são geradas oportunidades de trabalho para os que estão desempregados dentro da comunidade (Mance, 2003), combatendo a pobreza e a exclusão.

Perante a possibilidade de existir excedente de produção, em vez de ser transformado em lucro, deve ser reinvestido para criar outras cooperativas de produtores, contribuindo para o crescimento da rede (Mance, 2009), no mesmo ritmo que contribuem também para a diminuição contínua das situações de pobreza e exclusão da comunidade.

Para uma melhor compreensão, imaginemos o seguinte exemplo dado por Mance:

Duzentas famílias de um bairro decidem fazer compras solidárias. Em vez de cada família ir comprar cinco quilos de massa em supermercados diferentes, todas juntas farão uma única compra directa no grossista, adquirindo uma tonelada de macarrão! O volume da compra lhes trará um bom desconto. Assim, comprando juntas, as famílias pagarão bem mais barato. Então, entre aquelas famílias são organizados grupos de produção para fabricar massa, produtos de limpeza e tudo o mais que seja possível produzir e que esteja na lista de compras dos membros da rede. (Mance, 2003: 83)

Por outro lado, uma rede pode ser impulsionada por iniciativa de produtores solidários. A maior parte dos empreendimentos solidários de produção continuam a adquirir matérias-primas e serviços no mercado capitalista, por que não passar a fazê-lo também a outros empreendimentos solidários? A lógica é exactamente a mesma do lado dos produtores e dos consumidores, de um lado estão os bens consumidos pelas famílias e do outro estão as matérias-primas consumidas pelos empreendimentos solidários. Organizando uma rede para conectar os vários empreendimentos de uma comunidade (Mance, 2003), ou de diferentes comunidades, poderão comprar em conjunto os materiais e os equipamentos que precisarem, e até partilhar espaços, reduzindo assim os custos e aumentando os excedentes (Mance, 2003).

Esses excedentes seriam então investidos na criação de mais empreendimentos solidários para que as matérias-primas, equipamentos e todos os serviços possam ser adquiridos dentro da rede (Mance, 2003). Mais uma vez, o resultado é a geração de oportunidades de trabalho para os que estão desempregados na comunidade. Por exemplo:

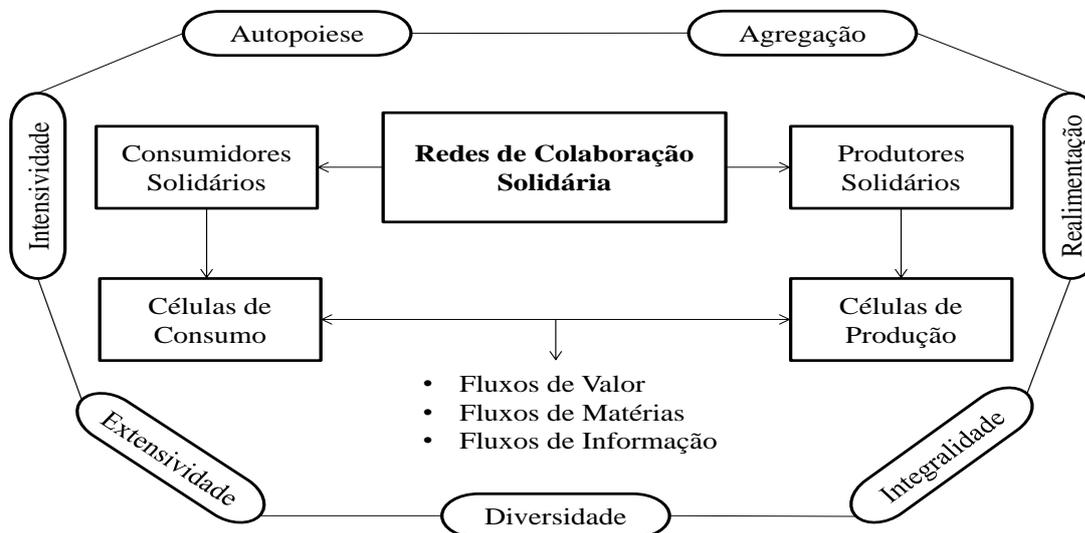
Se um conjunto de vendedores de cachorro-quente começa uma rede, poderão montar uma padaria para produzir os pães, montar outro empreendimento para produzir batata frita, molho de tomate e outros produtos que fazem parte do cachorro-quente. [...] As padarias que fizessem parte da rede, que produzem pães para cachorro-quente, bolos, doces, etc., poderiam ser abastecidas de ovos por um aviário criado com o apoio da rede para atender produtores e consumidores solidários. Por sua vez, para atender as demandas das granjas na produção das aves e ovos, seria preciso produzir ração, e assim por diante. (Mance, 2003: 83)

Portanto, estamos perante um ciclo virtuoso, onde a colaboração substitui a competição e isso se torna positivo para todos, na medida em que, quanto mais ganha cada empreendimento, mais ganham todos os empreendimentos, e o mesmo acontece com os consumidores, porque “quanto mais se reparte esse excedente gerado pelo trabalho, tanto mais as pessoas podem comprar os produtos e serviços da rede. E quanto mais compram solidariamente, mais oportunidades geram para outras pessoas que estão desempregadas.” (Mance, 2000b: 5).

Para finalizar, as redes de colaboração solidária são constituídas por três elementos básicos (Mance, 1998, 2009), e são eles: 1) as células de consumo e de produção (por exemplo grupos de comprar comunitárias ou unidades de produção cooperativa); 2) as conexões entre as células; e 3) e os fluxos que circulam na rede (materiais, de informação e de valor). Para além destes elementos, são também constituídas por um conjunto de propriedades básicas (Mance, 1998, 2009), sendo elas: 1) Autopoiese, como capacidade que a rede tem de se expandir a si mesma, produzindo para satisfazer as suas próprias necessidades, e ainda gerando excedente que permite a sua expansão e incorporação de mais pessoas; 2) Intensividade, porque envolve o maior número possível de pessoas, na produção e no consumo; 3) Extensividade, gerando novas células de produção e consumo em regiões cada vez mais afastadas; 4) Diversidade, produzindo o maior leque possível de produtos e serviços, tentando produzir na rede o que os consumidores solidários ainda consomem no mercado capitalista; 5) Integralidade, na medida em que cada célula está conectada com as outras células, sendo influenciada pelo crescimento ou problemas das demais, transformando a rede num todo e não na soma das individualidades; 6) Realimentação, como capacidade da própria rede, por intermédio das células, de criar necessidades e de as satisfazer; 7) Fluxo de Valor, que pode ser retido em maior volume na rede ou não, facto que depende da maior ou menor quantidade de produtos que ainda se adquire no mercado capitalista para realimentar a rede. Por exemplo, uma célula produtiva que ainda adquire grande parte dos consumos intermédios no mercado capitalista evade mais valor económico da rede, e pelo contrário, aquela que adquire esses mesmos consumos noutras células de produção da própria rede, retém mais valor económico na rede. Se a produção das células for consumida fora da rede, por uma fracção mais ampla da sociedade, o fluxo de valor torna-se ainda maior, assim como a realimentação da rede; 8) Fluxo de Informação, que torna disponível para todas as células o conhecimento gerado pela rede; 9) Fluxo de Matérias, o que é produzido numa célula pode ser consumido noutra, como consumo final ou intermédio; e 10) Agregação, enquanto capacidade de cada rede se integrar noutras redes, redes locais integradas em redes regionais, que por sua

vez se integram em redes nacionais, e depois em redes internacionais, aumentando a diversidade, os fluxos, fortalecendo a rede e a sua capacidade de expansão.

**Figura 2:** Organização, elementos básicos e características de uma rede de colaboração solidária



Fonte: Elaborado pelo autor da dissertação, com base em Mance (1998, 2009)

### 1.4.3. Desafiando a reprodução capitalista

Uma parte do actual debate em volta da economia solidária passa pela discussão sobre a forma como as organizações da economia solidária devem intervir no mercado (aquelas que intervêm), o que devem vender e como, uma vez que apresentam desvantagens face a uma organização capitalista cujo principal foco é o lucro e está optimizada para atingir tal objectivo, ao contrário de uma organização da economia solidária que tem como principal meta um objectivo social específico.

Este aspecto remete-nos para outro não menos importante, o da sustentabilidade financeira das organizações da economia solidária, elemento essencial na persecução dos objectivos sociais, dada a necessidade de recursos financeiros para os atingir. Sendo que muitas dessas organizações, principalmente cooperativas, produzem e comercializam bens ou serviços, quanto mais produzirem e comercializarem mais perto estão de atingir e expandir o seu objectivo social. Ora, perante as desvantagens (menos recursos disponíveis, mão de obra menos qualificada, menos tecnologia, etc) que uma organização da economia solidária enfrenta quando opera isoladamente e compete com uma organização capitalista, é urgente

que se encontrem formas de tornar essas organizações mais competitivas sem descorar nunca os seus objectivos sociais, e essa alteração pode significar passar a actuar colectivamente em vez de o fazer individualmente.

A proposta das redes de colaboração solidária constitui uma possibilidade de acção colectiva entre organizações de consumo, comércio, produção e serviços, onde para haver crescimento na direcção de um desenvolvimento mais sustentável, é fundamental a difusão do consumo solidário, de reinvestimentos colectivos de excedentes e da colaboração solidária entre todos (Mance, 2009).

Quando redes deste tipo são organizadas e implementadas, ao operarem com o objectivo de satisfazer necessidades imediatas da população, necessidades de trabalho, consumo, educação, entre outros, estão a combater as “estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão” (Mance, 2009: 281), através do reforço da dignidade humana e do “bem-viver” (Mance, 2009: 281) de todos. Começa-se assim a implementar um modelo de produção e consumo em que a solidariedade está no centro da vida e da economia, abolindo o lucro como fim em si mesmo, onde a dinâmica criada pelas redes de colaboração solidária, permitem (Mance, 2009): 1) Envolver diversos actores sociais num movimento orgânico, com um forte potencial transformador; 2) satisfazer necessidades imediatas desses actores, reconhecendo e permitindo a afirmação da sua singularidade enquanto ser humano único; 3) rejeitam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política ou cultural; e 4) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, bem como uma nova forma de organizar a vida promovendo as liberdades públicas e privadas, tendo em vista o garantir da qualidade de vida de todos.

No campo estritamente económico, a forma como as redes desafiam e competem com a produção capitalista é medida em razão da capacidade de realimentação que a rede tem, tornando-a mais ou menos independente nos consumos finais e nos intermédios. Ou seja, quanto maior for a capacidade das células de uma rede de colaboração solidária produzir para satisfazer as necessidades dentro (e fora) da rede, menor é a dependência face ao mercado capitalista. Por exemplo, se uma rede une produtores e consumidores de massa e os produtores têm de se abastecer de consumos intermédios no mercado capitalista, significa que a cadeia produtiva da rede é ainda muito básica e que continua muito dependente e a alimentar o capitalismo. Então, quanto mais fechada for a cadeia produtiva da rede, menor será a dependência e maior será o espaço conquistado ao mercado capitalista. Justificando nas palavras de Mance, “se consumimos bens e serviços das redes solidárias, os empreendimentos

que fazem parte da rede vendem toda a produção e amplia-se o excedente para o reinvestimento colectivo na criação de outros empreendimentos solidários, remontando-se as cadeias produtivas, ampliando a autonomia das redes frente aos mercados capitalistas [...]” (Mance, 2001: 2).

A concentração de capital típica do modelo capitalista é também desafiada pelas redes de colaboração solidária, na medida em que os excedentes são repartidos de forma justa e reinvestidos na criação de outros empreendimentos. Assim, as redes de colaboração solidária corrigem os fluxos de valor, com o fim de que o consumo final e intermédio não termine em acumulação privada fora das redes (Mance, 2002). Imagina-se por exemplo, a alteração profunda que se verificaria caso a produção de café - um exemplo entre muitos outros, onde a acumulação de capital pelas grandes multinacionais é feita à custa da exploração e degradação da qualidade de vida dos agricultores - fosse integrada numa rede de colaboração solidária, e a transformação que isso iria trazer à vida de milhares de agricultores em África e na América do Sul. Integrar a toda a produção de café numa única rede possibilitaria a concentração colectiva de preços justos para os produtos e serviços de todas as etapas da cadeia.

Concluindo, esta nova forma de organizar produção, comercialização e consumo, coloca-nos perante uma alteração de paradigmas, da “*Escassez*” para a “*Abundância*” (Mance, 2002). Ou seja, quanto mais se distribui a riqueza, mais a riqueza de todos aumenta, na medida em que se está a remunerar o trabalho e a permitir que se criem novos postos de trabalho para que mais pessoas possam ter acesso à riqueza criada. Enquanto na lógica da “*Escassez*”, os preços são regulados pelo binómio da oferta e da procura e com uma forte influência das diferentes relações de poder no estabelecimento desses preços, nas redes de colaboração solidária “acordos colectivos no interior das redes permitem ajustar estruturas de custos e de preços sob parâmetros que viabilizem a sua autopoiese” (Mance, 2002: 4). Portanto, é essa “conexão em rede do consumo e produção em laços de realimentação, com distribuição de renda, o que viabiliza economicamente a consistência e expansão dessa alternativa à globalização capitalista.” (Mance, 2002: 4)

## 2. METODOLOGIA

Tendo presente dissertação como principal objectivo alimentar o debate sobre soluções inovadoras que possam ser contributos para a promoção de ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise, ao encontro desse objectivo foi formulada a seguinte questão de partida para a investigação:

De que forma as redes de colaboração solidária podem ser um mecanismo de ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise?

Para responder à seguinte questão a opção metodológica recaiu sobre a aplicação do método de estudo de caso, que se traduz em “uma análise detalhada de um exemplo único” (Abercrombie, Hill, & Turner, 1984: 34, *in* Flyvberg, 2006: 220), contudo, apesar de ser uma metodologia que se foca num só exemplo, para Flyvberg (2006) é perfeitamente possível a geração de conhecimento científico de uma forma mais ampla, não é necessariamente um método que apenas serve para formular hipóteses, mas também pode ser utilizado para as testar e para desenvolver e construir conhecimento teórico novo.

Neste trabalho, a investigação centrou-se no caso da Cadeia Solidária Binacional do PET, o investigador participou em encontros com responsáveis pela construção do projecto, e em actividades com trabalhadores que fazem parte da cadeia, como fóruns de discussão. Por ser um projecto que ainda não está a funcionar a cem por cento, existiram algumas limitações durante a investigação, principalmente pelo facto de não ser possível deduzir através daquilo que já aconteceu. Assim, as principais análises deste trabalho são apresentadas sob a forma de possíveis cenários, com base naquilo que a cadeia poderá vir a ser.

Para além da participação em encontros e em actividades de planeamento e discussão, foram feitas entrevistas por questionário a três pessoas cujas posições podem ser consideradas estratégicas no processo de construção da cadeia, ao professor Duílio, um elemento essencial no planeamento daquilo que a cadeia pretende ser, à Kellen, uma técnica superior também ligada ao processo de construção da cadeia, e ao Roberto, presidente da associação de recicladores de dois irmãos, cooperativa que faz parte da cadeia. A opção pelas entrevistas por questionário deveu-se ao facto de se pretender retirar o máximo de informação possível sem a pressão de uma entrevista, através de um conjunto de perguntas abertas, dando algum tempo a quem respondeu para o fazer.

Já em Portugal, para suportar e fundamentar o último subcapítulo em que é feita uma sugestão para adaptar o conceito do projecto da Cadeia Solidária do PET ao concelho da amadora numa lógica de combate à pobreza foi realizada uma entrevista aberta ao professor Manuel Girão, Director Geral da Santa Casa da Misericórdia da Amadora, e um dos principais actores do combate à pobreza no concelho, em que o objectivo foi apresentar uma proposta e perceber o seu potencial e exequibilidade no contexto social da amadora.

Para além das referidas anteriormente, contribuíram para a realização deste trabalho através de entrevistas informais, as seguintes pessoas:

Paulo Bom (cooperativa Coolabore); Roque Spies (fórum dos recicladores de Vale dos Sinos); Odete Spies (fórum dos recicladores de Vale dos Sinos); Prof. Ronaldo Júnior (UFRGS); Alex Gonsales (Incubadora tecno-social IFRS); e Gladis Kalil (Núcleo de Economia Solidária UFRGS);

### **3. ESTUDO DE CASO – A CADEIA SOLIDÁRIA DO PET**

Neste capítulo será apresentada a Cadeia Solidária do PET, formalizada em 2011. Numa primeira fase procura-se apenas analisar a origem, o funcionamento e os objectivos do projecto. Depois, analisar a Cadeia à luz da teoria das redes de colaboração solidária de Euclides Mance, teoria tratada no capítulo anterior. Por fim, pretende-se avaliar o potencial de cadeias produtivas solidárias para a ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise, integrando os contributos da teoria das redes de colaboração solidária nessa avaliação.

Importa realçar que, algumas das informações e conclusões apresentadas neste capítulo foram obtidas através de conversas informais com elementos da coordenação da cadeia e com elementos de cooperativas de catadores, aquando da participação do autor da dissertação em encontros onde foram debatidas questões relacionadas com a cadeia solidária do PET.

#### **3.1. Organização e funcionamento da Cadeia Solidária do PET**

No passado recente da Economia Solidária brasileira, a SENAES tem recomendado a formação de cadeias produtivas, como instrumento para desenvolver e fortalecer o mundo da economia solidária, os trabalhadores e suas famílias, e todos os empreendimentos de uma forma geral. Cadeias produtivas num sentido mais abrangente podem ser definidas como uma forma de distribuir a produção por outros países ou locais, e simultaneamente de melhorar a coordenação por parte das unidades de produção e pelos seus gestores (Pegler, 2009). Aplicado à economia solidária, o conceito une empreendimentos solidários, como associações, cooperativas de produção ou consumo, com o objectivo de produzir um ou mais produtos finais, sendo os consumos intermédios produzidos dentro da mesma cadeia.

A carta de princípios da economia solidária adoptada pelo FBES, descreve precisamente o desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias como forma de articular na mesma rede agentes que se apoiam e complementam (FBES, 2003), através: 1) Da articulação do consumo solidário com a produção, comercialização e finanças, de uma forma orgânica e dinâmica, partindo do nível local; 2) da contribuição de cada participante para o progresso próprio e do colectivo; 3) da decisão democrática sobre o impacto social e sobre o uso dado aos excedentes, para que todos possam beneficiar e para que se criem outros empreendimentos com objectivo de integrar mais trabalhadores; 4) da realização de actividades económicas e sociais no contexto imediato, no local, podendo manter conexões

com elos da cadeia produtiva espalhados por outros locais ou países, desde que seja com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis; 5) da prática preços justos, e distribuindo os benefícios de forma equitativa; e 6) da visão da economia solidária como o projecto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e comunidades locais, enquanto protagonistas dos meios de produção e distribuição da riqueza, tendo em vista a capacidade de resposta às próprias necessidades.

A Cadeia Solidária do PET não é o único exemplo de cadeias produtivas brasileiras no âmbito da economia solidária, existem várias e com diferentes matérias-primas de base, como por exemplo a Justa Trama, uma cadeia produtiva que trabalha com algodão ecológico e o transforma em tecido e peças de decoração e vestuário, ou a Ecovida onde estão conectadas cooperativas e associações de consumidores e produtores agrícolas, bem como as cadeias solidárias do osso, do peixe, das frutas nativas, da lã, e até das pedras preciosas.

No início de 2011, por iniciativa do governo do Rio Grande do Sul, aquando do intercâmbio entre Brasil e Uruguai, foi feita uma proposta para constituir uma cadeia solidária que tinha como matéria-prima essencial as garrafas PET já utilizadas, com o objectivo de transformar progressivamente o PET em tecido. Assim surgiu a Cadeia Solidária Binacional do PET, composta por uma cooperativa do Uruguai, e por uma rede de cooperativas Brasileiras.

Uma vez que o objecto central da cadeia é o PET, importa esclarecer que PET é a abreviatura para Politereftalato de Etileno, que é um poliéster, mais especificamente um polímero termoplástico (ABIPET, 2014). Embalagens feitas deste material são vistas como o recipiente ideal para a indústria de bebidas, devido à sua grande resistência mecânica e química (ABIPET, 2014), para além de terem como característica o facto de serem 100% recicláveis.

### *3.1.1. Origem, apresentação e objectivos da cadeia*

Como foi acima referido a Cadeia Solidária do PET deu os seus primeiros passos no início do ano de 2011, quando foi feita a proposta do governo do Rio Grande do Sul, representado pelo DIFESOL, ao Uruguai, no âmbito de um intercâmbio entre dois países. Portanto, estamos perante um iniciativa muito recente, e que não está, até ao momento, no seu pleno funcionamento, ou pelo menos não está a funcionar como se espera vir a acontecer no curto prazo.

O acordo de colaboração entre os dois países prevê a participação de empreendimentos solidários sediados no estado do Rio Grande do Sul, no estado de Minas Gerais e no Uruguai. Resumidamente, a colecta de garrafas PET, bem como o seu tratamento, entre as cooperativas de catadores de lixo o processo é denominado de “agregar valor”, que inclui limpeza e separação do restante lixo, é feita por cooperativas do Rio Grande do Sul. Depois da colecta e da “agregação de valor” ao material transforma-se o PET em “flake”, também no estado Gaúcho. De seguida o “flake” é enviado para o Uruguai, onde é transformado em fibra, que por sua vez viaja para o estado de Minas Gerais, onde ocorre o processo de fiação e tecelagem, transformando a fibra em tecido para que possa ser distribuído por cooperativas de costureiras no Rio Grande do Sul.

Um aspecto fundamental na formação da Cadeia é a relação que foi criada desde início com os poderes públicos, principalmente a nível financeiro, mas não só. A SENAES desde o início que acolheu o projecto como uma iniciativa importante para a economia solidária brasileira, e para impulsionar a materialização da cadeia financiou o projecto com 3 milhões de reais (aproximadamente 1 milhão de euros), que servirá para construir pólos de reciclagem, aquisição de camiões para recolha de garrafas, equipamentos de trabalho, entre outros materiais.

Para além da administração pública federal brasileira estar envolvida e apoiar o projecto, a administração pública estadual tem um papel ainda mais decisivo, através da participação da SESAMPE e do DIFESOL, tal como a sociedade civil, na medida em que os empreendimentos solidários que participam na cadeia são auscultados nos processos decisórios e de planeamento do projecto, fenómenos que iremos abordar mais à frente neste capítulo. Assim, o projecto tem a virtude de integrar e articular a participação da administração federal, da administração estadual e da sociedade civil.

Esta articulação entre os vários segmentos da sociedade é possível porque existiu capacidade de vislumbrar oportunidades num problema, sobretudo ambiental. O problema reside na degradação que a não reciclagem de garrafas PET produz no ambiente, cerca de metade dos 9 bilhões de garrafas produzidas por ano no Brasil não são recicladas e ficam descartadas na natureza, para além de que é material valioso que não está a ser reaproveitado. Ou seja, perante um problema ambiental, houve a capacidade de vislumbrar uma oportunidade que resolve esse problema ao mesmo tempo que gera oportunidades económicas.

Essa oportunidade surge num contexto em que no Brasil actual existe uma nova categoria profissional, os catadores de lixo. Essa nova categoria surgiu, precisamente, porque

há a incapacidade, por parte do estado ou de empresas capitalistas, em recolher todo o lixo produzido no país, e naturalmente, aqueles que estavam sem trabalho foram percebendo que estava ali uma oportunidade de obter rendimento. Hoje em dia, individualmente ou organizados em cooperativas, o número de catadores de lixo é superior a 1 milhão em todo o Brasil.

Portanto, se de um lado está a preocupação com o meio ambiente, do outro uma oportunidade que permite gerar rendimento e fortalecer uma categoria profissional que emergiu das classes mais desfavorecidas da sociedade brasileira. Para além dos catadores de lixo, que estão ligados ao primeiro passo da cadeia, todos os outros empreendimentos que estão inseridos na cadeia sairão beneficiados com o processo.

Assim, chegamos aos dois grandes objectivos da cadeia, a preservação ambiental e a emancipação produtiva e económica, através da maior geração de rendimento e de uma distribuição mais justa da riqueza criada.

### *3.1.2. De cooperativa em cooperativa, da colecta do PET ao produto final*

Dividida em 5 etapas, a cadeia solidária do PET permite englobar vários empreendimentos solidários em todo o processo, que tem início na colecta de garrafas PET pelas cooperativas de catadores e termina na confecção de produtos solidários pelas cooperativas de costureiras.

A primeira etapa consiste, como já foi dito, na colecta de garrafas PET, garrafas que até ao surgimento da cadeia tinham como destino a natureza, poluindo o meio ambiente. Essa recolha é levada a cabo por cooperativas de catadores que operam no Rio Grande do Sul. Muitas dessas cooperativas já possuem veículos, materiais e instalações necessários para o processo de colecta e para “agregar valor” ao material reciclável, como camiões, esteiras ou armazéns. Ainda assim, existiu a necessidade de se adquirir mais veículos, para serem utilizados de forma colectiva pelas várias cooperativas integradas no processo e para aumentar a capacidade de recolha.

Depois da recolha, a segunda etapa consiste em transformar o PET em flake. O flake não é mais do que o resultado de uma garrafa moída, são pequenos flocos de plástico, como se pode ver na imagem abaixo.

**Figura 3:** *Flake de PET*



Fonte: Masterflake (2014)

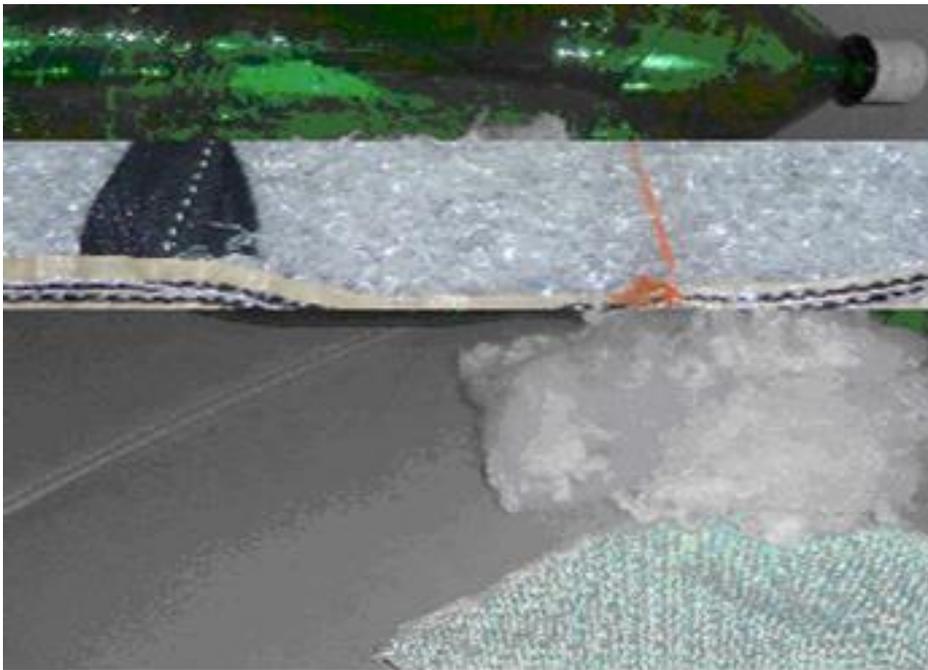
Esse processo de transformação terá lugar nos cinco pólos criados para o efeito, nos locais onde a concentração de PET e de cooperativas de catadores é maior. Até ao momento três polos já estão operacionais e podem começar a produzir (ver figura em baixo). Cada um dos pólos responsável pela transformação do PET em flake forma uma entidade para representar todas as cooperativas que operam naquele pólo. No pólo 1, a entidade responsável é a Cooperativa de Catadores e Recicladores de Santa Cruz do Sul (COOMCAT), no pólo dois a Central de Cooperativas do Vale dos Sinos (COOPETSINOS), e no pólo 3 a Central das Cooperativas da Cadeia Solidária Binacional (COOPETSUL).

Depois de recolhidas as garrafas e transformadas em flake nos pólos, o flake segue para o Uruguai onde ocorre a terceira etapa, ao ser recebido pela Cooperativa Industrial Maragata (COOPIMA). Esta cooperativa é uma empresa recuperada pelos trabalhadores, por empresas recuperadas entende-se o resultado do processo de “reinício das actividades conduzidas por seus trabalhadores com base no trabalho cooperativo de gestão autónoma e democrática” (Fajn, 2009: 193). A COOPIMA passou por um processo de recuperação dez anos após o encerramento da sua produção, recuperação essa que teve forte apoio do governo do Uruguai, financiando a recuperação da empresa através de um fundo (FONDES), que tem como principal objectivo apoiar financeiramente projectos produtivos que, potencialmente possam trazer benefícios para a comunidade. Por ter estado inactiva durante tanto tempo, a cooperativa ainda não tem todo a sua maquinaria reactivada e actualmente tem capacidade para acolher 400 toneladas de flake por mês, mas, potencialmente pode acolher 1000 toneladas, que resultará em cerca de 650 toneladas de fibra produzida mensalmente.

Uma vez produzida, a fibra será enviada para Minas Gerais, até à cidade de Pára de Minas, onde a COOPERTEXTIL, uma cooperativa de fiação e tecelagem com cerca de 300 trabalhadores, se encarregará da quarta etapa, ao transformar a fibra em tecido. Tanto a COOPERTEXTIL como a COOPIMA não se tornarão sustentáveis do ponto de vista

financeiro se apenas produzirem para dentro da cadeia, o que significa que vão ter de vender parte da sua produção no mercado capitalista, ou abastecer outros empreendimentos solidários fora da cadeia, sendo que esta última opção é menos provável. Espera-se então, que a necessidade de escoar parte da produção para o mercado capitalista não gere problemas para o funcionamento da cadeia, uma vez que sujeitas às regras da lei oferta e da procura, estas duas cooperativas poderão encontrar dificuldades, nomeadamente em processos de negociação com empresas capitalistas.

**Figura 4:** *Do PET ao tecido*

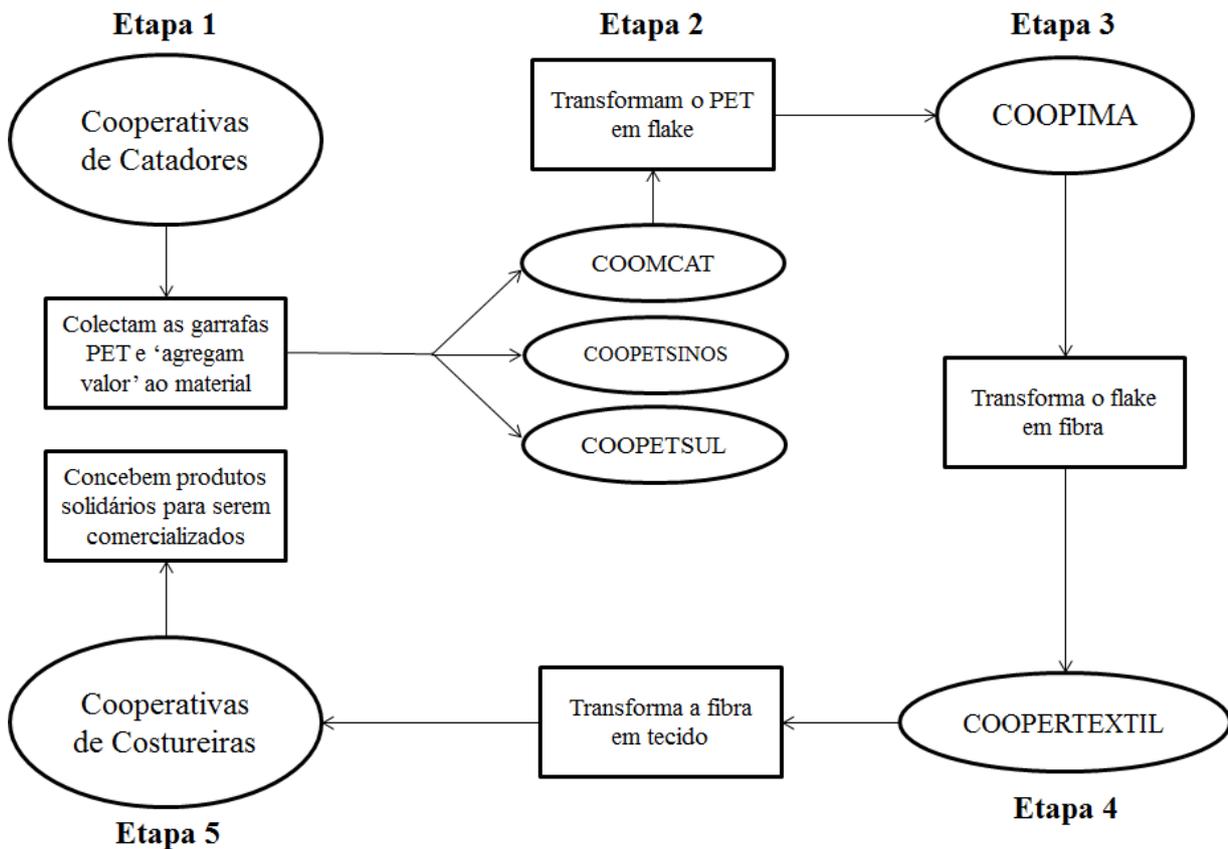


Legenda: Garrafa PET; Flake; Fibra; Tecido (de cima para baixo)

Fonte: Nelsa Nespolo (2011)

Por último, na quinta etapa o tecido produzido pela COOPERTEXTIL chegará a cooperativas de costureiras do Rio Grande do Sul, e também de outros locais no Brasil. As costureiras, com essa nova matéria-prima, conseguida por um custo muito inferior ao preço de mercado, poderão confeccionar uma variedade de produtos, como sacos reutilizáveis, artigos escolares, calçado, artigos de decoração, entre outros.

**Figura 5:** *Ciclo da Cadeia Solidária do PET*



Fonte: Elaborado pelo autor da dissertação, com base em conversas informais e em informações disponíveis no site da SESAMPE

### 3.1.3. A coordenação da cadeia

Uma das inovações da Cadeia Solidária do PET é a constituição de duas coordenações, uma geral e outra ampliada. A coordenação ampliada é composta por membros da coordenação geral, por representantes da Red Del Sur, por representantes das prefeituras envolvidas no projecto, por representantes dos governos do Uruguai através do INACOOOP e de Minas Gerais, pela federação das Cooperativas de produção do Uruguai, pela SENAES e pelo MTE, e tem como principais responsabilidades as decisões mais estruturais e estratégicas da Cadeia. A coordenação geral é formada por representantes das centrais de cooperativas COOMCAT, COOPETSINOS e COOPTSUL, da COOPIMA e da COOPERTEXTIL, que são os empreendimentos solidários envolvidos no processo, para além das cooperativas de costureiras, da DIFESOL e da SESAMPE.

De entre todas as responsabilidades da coordenação geral, destacam-se: Política de produção, distribuição e consumo, bem como a política de preços, estratégias de

comunicação, acompanhamento técnico das operações da cadeia, elaborar diversos estudos e planeamentos (de mercado, de produto, de produção, etc), comunicar com a coordenação ampliada e com os poderes públicos, elaboração de relatórios, entre outras.

Uma das principais responsabilidades da coordenação geral, que importa realçar neste trabalho, é a concertação colectiva dos preços que são praticados pelos empreendimentos e que levam os consumos intermédios transitarem entre os elos da cadeia. A coordenação define um preço justo pelo processo de produção, assim os produtos circulam entre a cadeia apenas pelo que custaram a produzir, ignorando a mais-valia que poderia ser agregada ao preço para que os empreendimentos pudessem vir a ter lucro. Assim, as cooperativas que adquirem os produtos produzidos pela cadeia conseguem-nos por preços muito inferiores aos preços de mercado. Por exemplo, 1kg da mesma fibra que é produzida pela COOPIMA no Uruguai poderia custar no mercado cerca de 19 reais (um pouco mais de 6 euros), e era a esse preço que a COOPERTEXTIL teria de adquirir a fibra para poder transformá-la em tecido, caso não fizesse parte da cadeia. Ora, o custo de comercialização de 1kg de fibra dentro da cadeia é de 3,45 reais (um pouco mais de 1 euro) já com o transporte incluído, significa uma redução do custo da matéria-prima superior a cinco vezes, o que possibilita a COOPERTEXTIL adquirir mais, produzir mais e vender tecido muito mais barato às cooperativas de costureiras, ou seja, todos os elos da cadeia beneficiarão com a prática de concertação colectiva dos preços.

Assim, seria legítimo perguntar de que forma as cooperativas conseguem expandir a sua dimensão ou guardar eventuais excedentes para fazer face a possíveis contrariedades ou simplesmente para aumentar os rendimentos dos trabalhadores. A resposta é simples, e a coordenação da cadeia assume um papel essencial na gestão desse processo, uma vez que os excedentes da venda dos produtos que são produzidos na cadeia são guardados pela coordenação. Depois de amealhados esses excedentes são distribuídos pelos vários empreendimentos solidários que compõem a cadeia, de forma equitativa. Ou seja, se o excedente das vendas da cadeia num dado período corresponde a um número  $x$ , esse resultado será distribuído equitativamente pelos vários elos da cadeia, em função de critérios como necessidades, número de cooperadores, entre outros, e não de acordo com as margens de lucro das várias fases da produção praticadas pelo mercado. Este processo é uma inovação e pode ser um passo enorme no mundo da economia solidária. Agora, imaginem-se as multinacionais do sector têxtil distribuir os seus lucros de forma equitativa e o impacto positivo que isso teria no sudeste asiático.

### **3.2. A Cadeia Solidária do PET vista como rede de colaboração solidária**

Não se pretende defender que a Cadeia Solidária do PET é de forma autêntica uma rede de colaboração solidária, e por isso mesmo a presente análise está fundamentada na teoria das redes de colaboração solidária (ver capítulo 3), mas não de uma forma rígida em que apenas se possa concluir se a cadeia é ou não é uma rede de colaboração solidária. Pretende-se procurar semelhanças entre a teoria das redes e a cadeia enquanto projecto real, que permitam afirmar ou não se a teoria das redes se revela, pelo menos em parte, na cadeia da solidária do PET.

Em primeiro lugar, como se pode ver no capítulo anterior, as redes de colaboração solidária podem surgir no sentido de satisfazer necessidades de consumo das famílias ou de satisfazer necessidades de consumos intermédios que determinados empreendimentos solidários possam ter, sendo que o essencial é a interligação e a colaboração solidária que se verifica entre produtores, consumidores e prestadores de serviços da organização (Mance, 2006). No caso da cadeia solidária do PET, a organização surge para resolver um problema ambiental e para conectar empreendimentos solidários, por forma a integrar toda a produção de uma produto final numa só cadeia produtiva, e com isso aumentando os rendimentos de todos os trabalhadores envolvidos e diminuindo a dependência mercantil dos empreendimentos. Assim, neste aspecto podemos considerar a cadeia solidária do PET uma rede de colaboração solidária que surgiu para conectar empreendimentos já existentes na mesma rede, com a atenuante de que a relação destes com quem consumirá o produto final ainda não está esclarecida. Apesar vontade que a coordenação da cadeia tem em aproximar os consumidores e produtores, principalmente através de acções de consciencialização, é um facto que a maior parte dos consumidores finais serão pessoas exteriores à cadeia e é imprudente prever de que forma se relacionarão com os produtores.

Em relação aos critérios básicos que Mance (2009) define para que os empreendimentos possam fazer parte de uma rede de colaboração solidária, os empreendimentos que compõem a cadeia solidária do PET preenchem-nos indubitavelmente. Desde a inexistência de exploração dos trabalhadores, à partilha dos excedentes, passando pelo respeito pelo meio ambiente, que no fundo é a preocupação que está na base da criação da cadeia, pelo que seria contraditório integrar empreendimentos que contribuíssem para a degradação do meio ambiente e agissem contra um dos propósitos da cadeia, e terminando na autogestão dos meios. Em relação ao último aspecto, a gestão democrática dentro dos empreendimentos, uma das cooperativas de catadores do Rio Grande do Sul que faz parte da

cadeia, é apresentada em muitas ocasiões como exemplo a seguir, por vários factores, entre eles pela forma democrática como é gerida. Trata-se da Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos, que é conhecida por ter constantemente uma lista de espera de interessados em se tornarem cooperados, e que quando entram novos potenciais cooperados e começam a trabalhar fazem-no à experiência por um período de 3 meses, sendo que no final desse período todos os cooperados se reúnem numa assembleia e falam tudo o que têm para falar sobre a vivência que tiveram com o trabalhador que esteve à experiência, decidindo democraticamente se ele vai ou não continuar na cooperativa.

De seguida, se tivermos em conta os três elementos básicos, e sendo básicos não são exclusivos em todas as redes, pelos quais as redes de colaboração solidária são constituídas, verificamos que esses mesmos elementos se manifestam e fazem parte da cadeia solidária do PET, as células são representadas pelos empreendimentos da cadeia, as conexões entre as células são a forma como os empreendimentos estão interligados, e na cadeia estão conectados nos pólos onde ocorre a segunda etapa, na coordenação da cadeia, e nas outras formas de relação entre si mesmos, e por fim, os fluxos que circulam na rede de colaboração solidária, são evidentes na cadeia pela forma como circulam as matérias-primas e toda a informação necessária ao bom funcionamento da cadeia, incluindo momentos de reflexão e partilha de conhecimento como é exemplo disso fórum de catadores do vale dos sinos, que acontece quinzenalmente e de forma presencial desde há onze anos.

Continuando, de entre todas as propriedades básicas que constituem as redes de colaboração solidária (Mance, 1998, 2009) nem todas se irão manifestar na cadeia solidária do PET, ou pelo menos, nem todas as propriedades têm a mesma possibilidade de o fazer. Contudo, dada a forma como a cadeia irá funcionar aquando da sua plenitude, a intensividade, a extensividade, a integralidade, a realimentação, os fluxos de valor, matérias e informação, e a agregação (enquanto capacidade) serão propriedades evidentes e que aproximam a cadeia daquilo que uma rede de colaboração solidária deve ser. Por outro lado, a autopoiese e a diversidade, são as propriedades com menor possibilidade de se manifestarem, muito devido ao facto da cadeia não procurar satisfazer as necessidades de consumo dos membros que a compõem, mas sim disponibilizar produtos para uma fracção mais ampla da sociedade, e por isso a aposta passa por satisfazer uma necessidade específica e não atender a todas as necessidades que os membros da cadeia possam ter. Assim, a possibilidade da cadeia em se expandir a si mesma (autopoiese) é reduzida porque precisa da sociedade para consumir o que a cadeia produz, tal como a diversificação de produtos dentro da cadeia (Diversidade),

porque, como já foi explicado, a cadeia não pretende satisfazer todas as necessidades de consumo que os seus membros possam ter.

Se o objectivo básico de uma rede solidária é assegurar o bem viver de todos os que dela fazem parte (Mance, 2009), a cadeia solidária do PET ao afirmar que o seu principal objectivo, para além da protecção do meio ambiente, é a emancipação económica e produtiva das famílias e a erradicação da pobreza aproxima o seu objectivo ao objectivo básico de uma rede de colaboração solidária. Também na forma como Mance (2009) defende que as redes devem alcançar esse objectivo (ver 3.1) tem diversos pontos de contacto com o funcionamento da cadeia solidária do PET, porque a cadeia: corrige, em certa medida, o fluxo de valores para ajustar a produção à necessidade do próximo elo e assim evita a realimentação da produção capitalista; gera postos de trabalho e distribui rendimentos pelos trabalhadores; e garante as condições económicas necessárias para o exercício das liberdades públicas e privadas de cada indivíduo.

Em suma, a cadeia solidária do PET não encaixa na perfeição na teoria das redes de colaboração solidária de Mance, no entanto, não existem referências teóricas significativas sobre cadeias produtivas solidárias, e sendo assim, o trabalho de Mance é o que melhor permite enquadrar teoricamente o projecto da cadeia solidária do PET. Apesar de não encaixar na perfeição, os pontos de contacto são evidentes e não seria descabido considerar a cadeia uma rede de colaboração solidária. Mas o que se pretende aqui é demonstrar que, o trabalho que Mance tem vindo a desenvolver pode ter reflexos práticos, pode acontecer, e está a acontecer através desta cadeia solidária e de outras que vão surgindo pelo Brasil. São projectos que constituem uma alternativa à produção e consumo capitalista, que incorporam os valores da economia solidária, que geram rendimentos e oportunidades de trabalho para todos os que participam no processo, e que melhoram a qualidade de vida de todos os intervenientes.

## **4. POTENCIAL DE ‘INTEGRAÇÃO ECONÓMICA’ EM ÁREAS URBANAS EM CRISE**

Neste capítulo pretende-se analisar possíveis formas de mitigar problemas que são comuns nas áreas urbanas em crise, sobretudo de origem económica. Os problemas que serão abordados, directa ou indirectamente, nesta análise são alguns dos que foram assumidos pela OCDE (1998): desemprego elevado; baixo nível de actividades económicas; rendimentos baixos; grande parte da população a receber subsídios sociais; níveis de pobreza acima da média; fraco acesso a comércio e a serviços; e quebra nos laços da comunidade.

O conceito de ‘integração económica’ é aqui utilizado como referência conceptual, sobretudo porque, partindo da definição de Henriques (2006: 141), é o conceito que melhor formaliza a relação entre economia e acção contra a pobreza.

Agrega-se ainda à presente análise o contributo teórico de Mance sobre as redes de colaboração solidária, bem como a cadeia solidária do PET, o objecto empírico deste trabalho. Por isso, nem sempre se fará referência à teoria das redes de colaboração solidária ou à cadeia solidária do PET enquanto possibilidade para combater um problema nas áreas urbanas em crise, dependendo do caso, o argumento poderá ser sustentado pela teoria das redes, pela cadeia, ou por ambas. Assim, os contributos podem ter como base o que está a acontecer na cadeia solidária do PET, mas também aquilo que a teoria das redes de colaboração solidária poderá oferecer noutros projectos deste género.

Deste modo, o objectivo passa por avaliar de que forma a cadeia solidária do PET e a teoria das redes podem ser uma ferramenta para o desenvolvimento de acções cujo resultado seja o processo de ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise, que se traduz no acesso a formas de criação de riqueza, de satisfação das necessidades dependendo o menos possível do mercado e de geração de rendimento, em áreas urbanas em crise.

### **4.1. Criar valor de uso e de valor de troca**

Nas condições contemporâneas em que a composição ‘total’ da ‘economia real’ (whole economy) (ver 2.2.2) nem sempre foi integralmente considerada e se centrou o papel da economia essencialmente na criação de valor de troca (a economia mercantil e monetária), a equivalência entre criação de riqueza e criação de valor de troca tem sido uma constante na maior parte das sociedades contemporâneas. Contudo, a criação de riqueza pode ter tanto a ver com a criação de valor de uso como com a criação de valor de troca, uma vez que ao

produzirmos o que consumimos e que outrora adquiriríamos, estamos, sem dúvida, a criar riqueza sem necessariamente criar valor de troca. A este propósito, nestes tempos de “crise” tem-se verificado um crescente entusiasmo em torno de comunidades sustentáveis e auto-suficientes, que enaltecem o poder e o potencial da criação de valor de uso, inclusive como forma de dar ‘outros sentidos’ à própria vida e à condição humana.

No contexto das áreas urbanas em crise, problemas relacionados com a criação de riqueza (valor de troca neste caso) são identificados, como o aumento de desemprego de longa duração e o aumento da exclusão do mercado de trabalho, e ainda o tendencial aumento da diferença entre salários e rendimentos da população em áreas urbanas em crise face ao resto da cidade (OCDE, 1998). Ao alargarmos a criação de riqueza também à criação de valor de uso, podemos lidar com a incapacidade de criar valor de troca de forma diferente. Entendendo as unidades familiares como o ponto de partida para a produção da vida (Henriques, 2006: 114), a sua capacidade produtiva não deve ser alienada e adaptada exclusivamente ao mercado, podendo ser estimulada no sentido de produzir para viver assim que haja possibilidade e recursos para tal.

No entanto, não se pretende defender que nos territórios com níveis de desemprego elevados e com um baixo nível de actividades económicas se coloque de lado a criação de riqueza através da criação de valor de troca, e se concentrem todos os recursos no processo de estimular a produção de valor de uso. Contudo, uma vez que boa parte da população residente em áreas urbanas em crise se encontra numa situação de desemprego de longa duração e excluída do mercado de trabalho, portanto com poucas expectativas de voltarem a ou de se integrarem nesse mercado e trabalhar a troco de um salário, é também importante que se estimule e se criem mecanismos alternativos, para que de forma colectiva ou individualmente essa população possa ter acesso a formas que lhe permita criar valor de troca.

Esses mecanismos alternativos podem ser promovidos para potenciar a criação de negócios familiares, empreendedorismo para a criação do próprio emprego e para outros em situações semelhantes (Henriques, 2006: 117). Por outro lado, é necessário testar novas formas de organizativas, como associações, cooperativas ou empresas sociais (Henriques, 2006: 117).

A constituição de cadeias solidárias como a do PET pode ser uma dessas formas organizativas que visa criar riqueza em áreas urbanas em crise. Neste caso particular, uma parte dos trabalhadores da cadeia estavam desprovidos de qualquer ferramenta que lhes permitisse produzir valor de troca, estavam desempregados e excluídos do mercado de trabalho, principalmente os catadores de lixo que integram as cooperativas da primeira etapa e

as costureiras que fazem parte das cooperativas que confeccionarão o produto final. E mesmo que estes trabalhadores se organizassem em empreendimentos solidários fora da cadeia com o objectivo de produzir o que produzem na cadeia, a sustentabilidade do empreendimento não seria a mesma na medida em que não teria o suporte e a estrutura conferida pela organização da cadeia como um todo, com procura assegurada para tudo o que se produz.

Em relação à criação de valor de uso, isso não acontece na cadeia solidária do PET, os produtos finais são para fins de comercialização e não para consumo dos membros da cadeia. É um facto que a cadeia não foi constituída e não está programada para esse propósito. Ainda assim, a cadeia pode perfeitamente satisfazer as necessidades que os seus membros têm relativamente a produtos de costura que possam ser produzidos pelas cooperativas de costureiras.

Relembrando o trabalho teórico de Mance, a proposta de melhorar o “bem viver” de todos passa por tentar progressivamente produzir nas redes tudo o que se ainda adquire no mercado capitalista (Mance, 2009), para que os membros da rede possam consumir os seus produtos, de melhor qualidade, e para que possam também comercializa-los para obter excedentes e expandir a rede. A preocupação de Mance com a criação de valor de uso ao formalizar a teoria das redes de colaboração solidária é evidente.

Em suma, a cadeia solidária do PET pode ser vista como uma forma organizativa que permite a criação de valor de troca, mas que também, enquanto forma organizativa, pode ser vista como um mecanismo para promover a criação colectiva de valor de uso. Para além da cadeia, as redes de colaboração solidária têm na criação de valor de uso, um dos seus objectivos centrais.

#### **4.2. Diminuir a dependência mercantil através da produção de valor de uso**

Na sequência da discussão sobre criação de valor de uso, a diminuição da dependência mercantil daqueles que não lhes é permitido fazer parte do processo de produção do mercado de trabalho, torna-se um aspecto central no que concerne ao conceito de ‘integração económica’. O conceito é associado à promoção de autonomia no processo de satisfação de necessidades intermédias (Henriques, 2006: 141). Por necessidades intermédias entendem-se as necessidades relacionadas com a alimentação, habitação, cuidados médicos, entre outros; e por necessidades básicas a saúde e a autonomia (Henriques, 2006: 146). Assim, considerando a autonomia como uma necessidade básica, a satisfação das necessidades intermédias depende da satisfação das necessidades básicas. Se uma unidade familiar depende de terceiros para

satisfazer as suas necessidades intermédias (alimentação, habitação, etc), isso é um resultado da falta de autonomia na satisfação dessas necessidades. Assim, a questão que deve ser colocada para aqueles que estão excluídos do mercado e que dele dependem para poderem ver satisfeitas as suas necessidades intermédias é: que caminho lhes poderá permitir que se tornem independentes do mercado para que possam, de forma autónoma, satisfazer as suas necessidades intermédias?

A criação de riqueza através do valor de uso assume-se como uma alternativa viável neste processo de diminuição da dependência mercantil na satisfação das necessidades intermédias, na medida em que diminui a necessidade de obter rendimento no mercado de trabalho, rendimento que seria usado para alimentar o comportamento de consumir no mercado com o propósito de satisfazer necessidades. Formas individuais, como agricultura familiar para consumo, construção da própria habitação, confecção das próprias roupas, dos produtos de limpeza, etc., ou formas colectivas, como hortas comunitárias, jardins-de-infância comunitários, etc., são exemplos possíveis, e que existem, de como a produção de valor de uso pode ter um papel importante na criação de riqueza tendo em vista a ‘integração económica’ (Henriques, 2006: 114-116).

Como vimos anteriormente, para as redes de colaboração solidária a criação de valor de uso assume um papel central. Estas redes podem ser constituídas precisamente com o objectivo de produzir tudo o que as famílias ainda produzem no mercado capitalista (Mance, 2009), criando unidades de produção colectiva que se conectam entre si para satisfazer as necessidades dos consumidores. Os produtos podem ser gratuitos para os consumidores que são membros das redes, e a produção ser mantida através da venda desses produtos para uma fracção mais ampla da sociedade. Ou então, a sustentabilidade da rede pode ser assegurada através do suporte dos custos da produção por parte dos consumidores.

Como nos mostra Mance (2003), se cada família de um bairro consome mensalmente 5kg de massa, 200 famílias consomem 1000kg por mês, e sem em vez de continuarem a comprar individualmente no mercado a um preço mais alto as famílias se organizarem e comprarem colectivamente obtêm um bom desconto. Com esse desconto podem formar um grupo de produção de massas para que as famílias possam consumir. Como são necessários ovos para produzir a massa, pode-se formar outro grupo para produzir ovos, para abastecer a produção de massas e também para consumo familiar, e por aí adiante.

Não só na satisfação de necessidades relacionadas com a alimentação se podem formar redes, a cadeia solidária do PET (apesar de, como foi dito, não ter a criação de valor de uso

como preocupação), que é em muito da sua organização uma rede de colaboração solidária, é um exemplo disso.

Até para a construção de habitação se podem construir redes de colaboração solidária. A construção baseada em processos de engenharia natural, como o uso da técnica de construção superadobe é um caminho possível. Esta técnica de construção tem um custo 70% (em média) inferior ao custo de uma habitação de betão tradicional (Calearth, 2014), para além de que, com conhecimentos básicos sobre o processo qualquer pessoa tem condições para construir. Imaginando um processo de construção de habitações em superadobe através da Acção de uma rede de colaboração solidária, com o objectivo de renovar e melhorar as condições de habitação de uma área urbana em crise, teríamos alguns dos seguintes grupos de produção, formalizados preferencialmente em associações ou cooperativas: um grupo para produzir sacos onde a terra será ensacada, um grupo para recolher e transportar terra, um grupo para edificar a habitação, um grupo para fabricar mobiliário, e todos os outros grupos que se pudessem formar para finalizar o processo de construção.

Assim, formaríamos uma rede de colaboração solidária cujo primeiro objectivo seria a construção de habitações para os próprios membros da rede, mas que se poderia expandir e construir para uma fracção mais ampla da sociedade e com isso obter rendimento.

#### **4.3. Possibilidades de geração de rendimento para além do emprego formal**

Para além do alto nível de desemprego e da exclusão do mercado de trabalho, as áreas urbanas em crise são também territórios em que a maior parte dos trabalhadores assalariados no mercado de trabalho, têm rendimentos abaixo da média. Assim, também se coloca a questão de como será possível para as famílias diminuir a dependência mercantil na obtenção de rendimentos.

Para isso é importante olhar as unidades domésticas (household economy) enquanto ponto de partida na produção da vida (Henriques, 2006: 116), tal como nos mostra Coraggio (2009) quando afirma que as unidades domésticas são a base da reprodução da vida e estão para a economia do trabalho como a empresa tradicional está para a economia capitalista. Assim, sugere-se que se analisem as unidades familiares enquanto pólos de potencial geração de rendimento, desde que acompanhados dos meios de produção adequados para que tal possa acontecer.

O conceito de ‘integração económica’ diz respeito também ao processo de obtenção de rendimento através de outras formas que vão além do tradicional salário no mercado de

trabalho. Novas formas organizativas, que proporcionam uma nova estrutura de trabalho e uma relação diferente com a geração de rendimentos, são sugeridas, como organizações, cooperativas, ou empresas sociais (Henriques, 2006: 117).

O exemplo da cadeia solidária do PET pode ser uma possibilidade. A cadeia é constituída por cooperativas e associações, e tem o seu funcionamento ancorado na autogestão e na participação democrática de todos os membros, formando uma nova estrutura organizada num processo de produção em cadeia que conecta vários empreendimentos solidários entre si. Esta nova forma organizativa não contempla assalariamento, nem exploração dos trabalhadores, divide os excedentes, e cria um circuito económico fora do mercado e diferente da lógica capitalista. Ainda a propósito da cadeia, vale a pena não esquecer que um dos seus principais objectivos é promover a emancipação produtiva e económica das famílias, gerando rendimento e dividindo a riqueza criada de uma forma mais justa.

Organizada em etapas, cada etapa corresponde a um processo em que cada um dos elos produz ou transforma a matéria-prima recebida para que o próximo elo possa fazer o mesmo até que se chegue ao produto final, esta organização possibilita que toda a produção feita dentro da cadeia tenha a procura assegurada, processo que Mance (1998) chama de realimentação, como a capacidade que a cadeia tem de criar necessidades e de as satisfazer, por intermédio das próprias células (empreendimentos solidários). Assim, se a cadeia tem a capacidade de se realimentar a si mesma, essa realimentação equivale a gerar rendimento de forma constante para todos os empreendimentos envolvidos na produção e consequentemente para os seus membros.

Neste caso particular, os rendimentos são distribuídos de uma forma muito específica (ver 4.3.1), os excedentes são recolhidos pela coordenação geral da cadeia, e posteriormente distribuídos de forma justa por todos os empreendimentos, o que constitui uma inovação na forma de tratar os excedentes, comparando com outras cadeias solidárias e com outras organizações da economia solidária.

Para além de gerar rendimentos para os que estão já envolvidos no processo produtivo, a possibilidade da cadeia vir a criar mais necessidades (por intermédio do aumento das vendas dos produtos finais, por exemplo) tem como resultado a necessidade de aumentar a produção, e consequência disso integrar mais empreendimentos e mais pessoas no processo produtivo. A esta característica Mance (2009) chama de extensividade, enquanto capacidade que a cadeia tem em gerar novas células de produção noutras locais e com outros actores. Assim, para

além dos postos de trabalho criados inicialmente com a formação da cadeia, o processo de criação de mais postos de trabalho pode ser contínuo.

Em suma, esta análise olha a cadeia solidária do PET enquanto uma nova forma organizativa, e não apenas enquanto uma cadeia que trata de reciclagem, e analisando a cadeia desse modo verifica-se que esta nova forma organizativa tem potencial para gerar rendimento de forma contínua e para criar novos postos de trabalho, e que é só uma questão de opção e oportunidade poder replicar este tipo de organizações em áreas urbanas em crise, adaptando os produtos às necessidades dos locais e dos consumidores. Se já existirem empreendimentos, como cooperativas ou associações, pode-se começar a cadeia conectando esses empreendimentos formando uma cadeia solidária de produção, a cadeia poderá fazer com que a produção e os rendimentos desses empreendimentos aumentem, sem dependerem do mercado capitalista para comprar o que produzem. Caso não existam empreendimentos, podem criar-se novos de acordo com as necessidades e saberes locais e integra-los numa mesma cadeia produtiva solidária. Da mesma forma que a cadeia solidária do PET apresenta uma estrutura que possibilita a geração de rendimentos e de postos de trabalho, a criação de redes de colaboração solidária orientadas principalmente para satisfazer necessidades de consumo dos seus membros (criar valor de uso), podem também elas gerar rendimentos e postos de trabalho, vendendo os produtos para fracções mais amplas da sociedade.

#### **4.4. Combater a pobreza**

Entendendo a pobreza como ausência de recursos que impossibilita a satisfação das necessidades intermédias de forma autónoma, as abordagens sobre a forma como deve ser conduzida a acção contra a pobreza devem centrar-se no propósito de fornecer os recursos necessários para que cada indivíduo possa ser autónomo.

Segundo John Friedman a acção contra a pobreza deve ser vista como um processo de *collective self-empowerment* que resulta da organização e da luta de unidades familiares que se juntam e cooperam tendo em vista objectivos comuns, e que deve ser acompanhado de políticas sociais que facilitam, complementam e apoiam o processo de *self-empowerment* (Friedman, 1987, *in* Henriques, 2006: 114).

Se a pobreza for considerada enquanto um estado de *disempowerment* (ausência de recursos), então o caminho para a ‘integração económica’ é, segundo Friedman (1987 *in* Henriques, 2006: 114) uma questão de a unidade familiar ter acesso à base do *poder social* (tempo livre, conhecimento, competências, informação apropriada, rede de contactos,

organizações sociais, instrumentos de trabalho, recursos financeiros) para que possa viver de forma autónoma (Henriques, 2006: 114).

Se a acção contra pobreza não deve ocorrer de forma independente da vontade dos “pobres” e do seu próprio entendimento acerca da sua situação de pobreza (2006, Henriques), deve acontecer também suportada por políticas sociais adequadas, na medida em que há uma enorme diferença entre transferências com o objectivo de responder a privações, de transferências que tenham sido objecto de maior conceptualização, como investimento em inovação social e que pretendem contribuir para a criação de riqueza através de outras formas para além da participação no mercado de trabalho para a obtenção de um salário, da dependência mercantil na satisfação das necessidades e da dependência do estado social no suprimento da privação (Henriques, 2006: 122-123).

A cadeia solidária do PET é um exemplo do caminho que a política social no combate à pobreza brasileira segue (a SENAES incentiva a formação de cadeias produtivas solidárias) e que pode ser seguida noutros contextos, noutras partes do globo, e em áreas urbanas em crise. A cadeia é uma estrutura que não pretende, de forma alguma, responder a privações de uma forma directa, mas sim fornecer aos seus membros o conhecimento, as competências, as informações, a rede de contactos e os meios de produção adaptados e adequados para que possam de forma autónoma satisfazer as suas necessidades.

A cadeia, ao conectar empreendimentos que já existiam, permite que cada empreendimento tenha mais informação e uma rede de contactos maior, para além disso fornece-lhes novos e mais actualizados instrumentos para melhorar a produção, como novos camiões, novos centros de transformação do PET em flake, entre outros. Também facilitou a recuperação de empresas (no caso da COOPIMA), através da transferência de recursos financeiros para o efeito e para a constituição de uma cooperativa de produção de fibra. Ao criar mais necessidades do que a produção dos empreendimentos poderia dar resposta, a cadeia recrutou mais trabalhadores para os inserirem no processo de transformação do flake, e para isso foram desenvolvidos processos de formação e capacitação profissional (que ainda estão a decorrer em alguns casos). Para além de tudo isto, a cadeia fortalece o colectivo, que actuando como um todo encontra em si mesmo o caminho para o seu desenvolvimento. Tal como defende Mance (2002: 4) acerca da relação entre os vários empreendimentos de uma rede, a “conexão em rede do consumo e produção em laços de realimentação, com distribuição de renda, viabiliza economicamente a consistência e expansão dessa alternativa à globalização capitalista.” (Mance, 2002: 4)

Em suma, a estrutura da cadeia solidária do PET é resultado de um planeamento que pretende emancipar económica e produtivamente as famílias, e esse planeamento teve/tem a preocupação em dotar essas famílias de recursos para que possam, de forma autónoma, produzir e, como nos diria Coraggio (1991), reproduzir a vida de maneira ampliada.

#### **4.5. Articulação com os poderes públicos**

Tendo como objectivo principal neste subcapítulo a avaliação do potencial de ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise através de estruturas organizativas como a cadeia solidária do PET, esse potencial não pode ser dissociado da necessidade de articulação com os poderes públicos centrais e locais. Assim acontece com a cadeia solidária do PET, através da cooperação existente com a SENAES (governo federal) e com a SESAMPE (governo estadual), para além da cooperação com os municípios onde estão sediados empreendimentos que fazem parte da cadeia, e assim deve acontecer com todas as outras cadeias/redes solidárias que sejam implementadas.

Este tipo de abordagem em relação ao planeamento de políticas sociais de acção contra a pobreza tem sustentação na teoria do desenvolvimento regional endógeno, como capacidade de mobilização integral dos recursos endógenos (Henriques, 2006: 615), atribuindo um papel central à política pública na promoção de iniciativas regionais inovadoras. Mais recentemente, indicações nesse sentido foram formuladas pelo relatório Barca (2009: 178), sugerindo a promoção de novas experiências através da inovação de políticas públicas, mobilizando actores locais, numa abordagem *place-based*.

Como já vimos, áreas urbanas em crise são territórios marcados por níveis de pobreza e desemprego acima da média, com uma grande percentagem de excluídos do mercado de trabalho, e por isso, seguindo o raciocínio de Henriques (2006: 128), quem se encontra em situações de pobreza tem o direito à distribuição da riqueza quando a sociedade lhes nega a possibilidade de participar na produção dessa riqueza através do sistema de emprego. Assim, não esquecendo que este trabalho pretende contribuir para a ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise, e rejeitando as estratégias de transferências de bens que tenham como único objectivo atender de imediato a situações de privação como forma de acção contra a pobreza, boa parte dos recursos públicos destinados a esse efeito devem ter como estratégia a inovação social, tendo como objectivo a criação de condições para que a geração de riqueza seja possível, nesses territórios e por quem lá habita, uma vez que a inserção ou reinserção dessas

populações no mercado de trabalho é, no actual contexto de desemprego estrutural, um cenário pouco provável.

A criação de estruturas produtivas como a cadeia solidária do PET, ou de redes de colaboração solidárias baseadas nos consumidores e na produção de valor de uso, são estratégias possíveis para inspirar políticas públicas socialmente inovadoras, que permitam criar riqueza através do valor de uso e do valor de troca, em territórios como as áreas urbanas em crise. E isso é possível porque, estruturas como a cadeia solidária do PET e as redes de colaboração solidária envolvem diversos actores sociais, num movimento de desenvolvimento colectivo, juntam produtores e consumidores numa mesma estrutura que rejeita qualquer forma de exploração do trabalho e de exclusão do processo produtivo, divide os excedentes de uma forma justa para que todos tenham qualidade de vida, partindo do pressuposto de que quanto mais se divide a riqueza mais a riqueza de todos aumenta (Mance, 2002), e principalmente porque, a construção de uma rede ou de uma cadeia solidária pode partir dos empreendimentos solidários que já existem no local (se existirem), ou das necessidades locais, conectando-as às competências locais e integrando produtores e consumidores na mesma rede solidária.

#### **4.6. Aprendendo com as boas práticas: Possibilidade para o contexto da Amadora**

Este último subcapítulo tem como objectivo discutir a possibilidade de criar uma rede de colaboração solidária no concelho da Amadora. Para esse efeito, o autor da dissertação reuniu-se com o Professor Manuel Girão, actual director geral da Santa Casa da Misericórdia da Amadora, apresentando o projecto da cadeia solidária do PET e propondo que a replicação no concelho fosse centrada nas cantinas sociais no âmbito do PES.

Dadas as especificidades do contexto social, económico e urbano da Amadora, composta por um grande número de ‘bairros degradados’ (CLAS, 2011), que se enquadram naquilo que são consideradas áreas urbanas em crise. Esses bairros na cidade da Amadora são caracterizados por um conjunto de problemas, identificados pelo diagnóstico social (CLAS,2011), tais como:

- Níveis de escolaridade baixos e poucas competências profissionais adequadas ao actual mercado de trabalho, o que origina altas taxas de desemprego e baixos rendimentos e obvias dificuldades socioeconómicas;

- Jovens desocupados sem projectos de vida constituindo potencial de comportamento de risco, bem como indivíduos com problemas de alcoolismo e toxicodependência;

- Quebra de laços nas relações familiares e de vizinhança, aumento dos sentimentos de insegurança e dificuldades em gerar novas sociabilidades;

Derivado deste contexto, as áreas urbanas em crise no concelho da Amadora representam pólos em que intervenção social por parte do estado, da segurança social, e de todas as organizações do terceiro sector que combatem a pobreza e exclusão social é mais urgente. A título de exemplo, segundo dados do diagnóstico social (CLAS, 2011), em 2009 cerca de 7% dos residentes no concelho da Amadora eram beneficiários do rendimento social de inserção, sendo que a maioria residia em áreas urbanas em crise. De 2009 para cá, o número de beneficiários tem vindo a diminuir, não porque as condições socioeconómicas melhoraram, mas porque está em curso uma mudança na forma como se vê a medida do RSI e o resultado tem sido a diminuição de apoios através dessa via.

Perante este cenário, o plano de desenvolvido do concelho da Amadora (CLAS, 2012) definiu como um dos eixos de intervenção prioritários a intervenção em territórios e grupos vulneráveis, assumindo como objectivo geral “promover a inclusão de grupos vulneráveis da população através da criação, reestruturação e dinamização de equipamentos sociais e realização de actividades de sensibilização, informação, investigação e formação que envolvam directamente as instituições sociais” (CLAS, 2012: 26)

Por outro lado, a actual governo criou em 2012 o PES (programa de emergência social), com o objectivo de combater a pobreza. Apesar de ser anunciado como uma ferramenta de inovação social, o PES não vai muito além de respostas assistencialistas. Exemplo disso é a criação de uma rede solidária de cantinas sociais, garantindo refeições diárias gratuitas a quem mais precisa. Esta medida é uma resposta de emergência alimentar com capacidade potencial de 947 cantinas (MSSS, 2012).

De uma forma geral, a proposta aqui apresentada passa por transformar uma medida assistencialista (cantinas sociais) numa medida que possa, sem deixar de combater a fome, combater também a pobreza na causa, procurando dar autonomia para que as pessoas que apresentam um conjunto de privações possam ter a capacidade responder às suas próprias privações.

Concretamente, o objectivo seria que os próprios beneficiários das refeições servidas nas cantinas sociais, beneficiários de RSI, desempregados de longa duração e pessoas em situação de pobreza de uma forma geral fossem os produtores das refeições servidas nas cantinas sociais. Produziriam tudo o que fosse possível produzir, legumes e verduras, pão, massa, sobremesas, entre outros bens, para além de distribuírem os produtos e de os confeccionarem, organizando-se em cooperativas especializadas e inseridas numa mesma rede

de colaboração solidária que tinha como objectivo inicial abastecer as cantinas sociais, sendo que à medida que se fosse consolidando, a rede poderia abastecer outras cantinas (empresariais, escolares, etc.), bem como escoar os seus produtos para uma fracção mais ampla da sociedade e com isso maximizar os seus ganhos, que seriam igualmente distribuídos pelas diversas cooperativas. As cantinas sociais figuram-se como a oportunidade ideal na medida em que existe um financiamento por parte do estado de 2,5€ por cada refeição, que é directamente entregue, na maior parte dos casos, a grandes empresas de alimentação maximizando o lucro privado, quando se poderia distribuir esse financiamento por pessoas em situações de pobreza e criar um ciclo virtuoso, como se mostrará adiante.

Contudo, depois de apresentada a proposta ao professor Manuel Girão, para além das virtudes foram detectadas de imediato algumas falhas e impossibilidades.

Em primeiro lugar, o facto da medida das cantinas sociais não ter garantido o seu prolongamento no tempo pode ser um entrave, uma vez que o financiamento pode acabar de um momento para o outro. Em segundo lugar, para criar uma rede de produtores de raiz, o investimento inicial tem de ser relativamente elevado. Em terceiro lugar, pode existir um problema de escala uma vez que na amadora são servidas por dia 250 refeições, o que não chegaria para sustentar um projecto desta natureza. Em quarto e último lugar, e no seguimento dos entraves originados pela pequena escala, produzir géneros alimentares em pequena escala acarreta custos de produção muito elevados e origina preços impossíveis de competir com os de mercado.

Deste modo, a proposta sugerida neste trabalho é uma proposta adaptada aos aspectos referidos anteriormente, e teria de ver contempladas algumas especificidades.

Para que o projecto tivesse uma forte mobilização, seria obrigatório envolver diversos agentes locais, a autarquia, uma ou mais empresas, uma IPSS que assumisse a coordenação do projecto e intermediasse as relações com a segurança social, que poderia ser a Santa Casa da Misericórdia, para além dos empreendimentos solidários criados para produzir e abastecer as cantinas. Seriam estes os membros da rede que trabalhariam numa lógica de consórcio.

Em relação à questão dos géneros alimentares, a solução passaria pela especialização em um ou dois géneros alimentares, por forma a diminuírem os custos de produção e conseguirem retirar mais dividendos. Os produtos poderiam ser pão e alface e tomate para a salada, por exemplo. No entanto, inicialmente o projecto não traria muitos resultados financeiros para as cooperativas, uma vez que dos 2,5€ pagos por cada refeição apenas uma pequena parte poderia ser alocada para pagar o pão e a salada, imaginemos que 0,3€ dos 2,5€ seriam para esse efeito. Mesmo não tendo muita expressão financeira inicialmente, podemos

admitir que os primeiros tempos serviriam para aprimorar o processo de produção e de distribuição, bem como expandir a ideia para que se angariassem mais clientes (mais cantinas sociais, mais cantinas escolares, mais lares geridos por IPSS's, mais cantinas das empresas que compõem o consórcio, etc). A título de exemplo, a Santa Casa da Misericórdia é responsável por duas mil refeições por dia, se passassem a adquirir o pão e a salada à rede de produtores por um preço de 0,3€ por ambos os géneros gerariam um rendimento mensal de 18000€.

Em relação ao investimento inicial, a solução tem muito que ver com a necessidade de criar um consórcio para impulsionar o projecto, o que tornaria mais fácil o encontrar de infra-estruturas adequadas e disponíveis, que poderiam ser espaços e terrenos da autarquia, ou por exemplo recuperar padarias que entretanto fecharam, ou até construir uma estufa financiada por um parceiro do consórcio.

Seriam assim criados 2 empreendimentos numa fase inicial, uma cooperativa para produzir pão e outra para produzir alface e tomate, integrados numa rede de colaboração solidária coordenada por uma IPSS e composta por parceiros do sector público e privado, cujo principal objectivo inicial seria abastecer as cantinas sociais da amadora numa primeira fase como se fosse um estímulo ao projecto, sendo que a médio prazo o objectivo passaria a ser o abastecimento de outras cantinas, cujos responsáveis pela gestão dessas cantinas (empresas e organizações publicas ou privadas) passavam a integrar a rede, permitindo assim o crescimento da produção, de cooperativas, de membros, e quem sabe até de géneros alimentares, bem como a expansão geográfica do projecto.

Resumidamente, este projecto de luta contra a pobreza que teria início no concelho da Amadora resultaria num ciclo virtuoso ao fazer com que os recursos financeiros que o estado aplica num programa de luta contra a fome sejam simultaneamente utilizados (sem necessariamente serem aumentados) num projecto de luta contra a pobreza estrutural. Se o estado canaliza um valor por ano, neste caso representado por 1000, exclusivamente para lutar contra a fome mas não fizer nada para combater a pobreza e imaginando que as condições estruturais não se alteram, no ano seguinte terá de continuar pelo menos a canalizar os mesmos 1000 para continuar a combater a fome. Mas se esses 1000 forem utilizados também para combater a pobreza, através da promoção do acesso a condições de produção e de obtenção de rendimentos como é aqui defendido, no ano seguinte uma parte desses 1000 já não será aplicada no combate à fome, porque existirão menos pessoas desprovidas dos meios para responder às suas privações, ou seja, menos pessoas em situação de pobreza. O mesmo ciclo se aplica se as pessoas que integrarem a rede de produtores não forem beneficiários da

medida das cantinas sociais, mas sim beneficiários de RSI, ou de subsídio de desemprego, ou de outro apoio por parte do estado, uma vez que a autonomia gerada nas pessoas faz com que estejam menos dependentes e vulneráveis e que necessitem menos desses apoios.

## CONCLUSÃO

As redes de colaboração solidária e os demais empreendimentos que, como a cadeia solidária do PET, se enquadram na teoria das redes de colaboração solidária podem ser mecanismos de ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise na medida em que se constituem como formas organizativas que permitem integrar trabalhadores excluídos do mercado de emprego formal, dando-lhes ferramentas e oportunidades de geração de rendimento, proporcionam o acesso das famílias inseridas na rede ou cadeia a formas de produção de riqueza e permitem aos seus membros a diminuição da dependência mercantil na satisfação das necessidades intermédias.

Em primeiro lugar, como foi reforçado ao longo do presente trabalho, criação de riqueza tem tanto a ver com a criação de valor de troca como com a criação de valor de uso. Assim sendo, reforça-se aqui também que as possibilidades e oportunidades futuras de produção de riqueza não se devem restringir àquelas que o mercado oferece e que se inserem no campo da criação de valor de troca. Sobretudo em áreas urbanas em crise, onde uma parte significativa da população que lá habita se encontra excluída do mercado de trabalho, é urgente que se estimulem outras formas, individuais ou colectivas, de criar riqueza nesses territórios. Por se constituírem como empreendimentos que permitem, dependendo do propósito dos seus membros, criar colectivamente valor de uso e/ou valor de troca, as redes de colaboração solidária e as cadeias de produção solidária devem ser tidos em conta na procura de formas alternativas para criar riqueza em áreas urbanas em crise.

Em segundo lugar, e no decorrer da discussão sobre a importância da criação de valor de uso, e conseqüentemente no papel que pode ter na diminuição da dependência mercantil na satisfação das necessidades intermédias, as redes de colaboração solidária são o empreendimento que, quando infra-estruturas adequadas e pessoas com competências para responder às necessidades de consumo de um determinado território se cruzam, permite produzir para consumo dos seus próprios membros tudo o que se consiga produzir e que ainda se adquire no mercado.

Em terceiro lugar, como a obtenção de rendimento através de outras formas para além da obtenção de um salário no mercado de trabalho tem vindo a ser associada sobretudo ao empreendedorismo e à criação do próprio negócio, os habitantes das áreas urbanas em crise vêem-se afastados deste tipo de oportunidades porque nos territórios onde habitam estão privados do conjunto de serviços indispensáveis para que o possam fazer, como serviços bancários, formação adequada, serviços jurídicos, etc.. As redes de colaboração solidária e as

cadeias de produção de solidária apresentam-se como uma possível solução para gerar rendimentos em áreas urbanas em crise, quando os seus membros estão orientados para produzir para uma porção mais ampla da sociedade e com isso obter excedentes, onde consequentemente serão divididos por todos os trabalhadores que participam de forma democrática na construção do empreendimento solidário.

Em quarto lugar, as redes de colaboração solidária e as cadeias de produção solidária são empreendimentos com um grande potencial de combate à pobreza, quando a pobreza é entendida como insuficiência de recursos, como o é neste trabalho. São estruturas organizativas que têm a capacidade de integrar trabalhadores que não são integrados pelo mercado de trabalho e que lhes fornece o conhecimento, as competências, as informações, a rede de contactos e os meios de produção adaptados e adequados para que possam de forma autónoma satisfazer as suas necessidades, ao invés de lhes responder às privações que apresentam, que no fundo são os sintomas da sua condição de pobreza.

Em quinto lugar, apenas fará sentido olhar este tipo de empreendimentos solidários enquanto potenciais promotores de ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise se integrados numa estratégia de política pública, partindo do pressuposto de que o investimento público na acção contra a pobreza deve ser canalizado através de políticas sociais inovadoras, envolvendo o poder local e central, organizações da sociedade civil, a comunidade e os demais actores sociais numa mobilização integral de todos os recursos disponíveis.

Por último, transportando a ideia para a realidade e especificando em relação ao actual contexto português, a criação de uma rede de produtores solidários com o objectivo de abastecer as cantinas sociais do concelho da amadora numa primeira fase, cujos produtores fossem pessoas em situação de pobreza como beneficiários da própria medida das cantinas sociais, de RSI ou de subsídio de desemprego, constitui-se como um projecto com grande potencial de ‘integração económica’ em áreas urbanas em crise, na medida em que promove a autonomia e o acesso a formas de produção de riqueza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIPET (2010), Resina PET - O que é PET?. Visitado no dia 11 de Junho, em <http://www.abipet.org.br/index.html?method=mostrarInstitucional&id=81>

Amaro, Rogério Roque, (2009), “A economia solidária da Macaronésia – Um novo conceito”, *Revista de Economia Solidária*, 1, pp. 11-30.

Barca, Fabrizio (2009), *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*, Bruxelas, Comissão Europeia.

Bruto da Costa, Alfredo *et. al.* (2008), *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.

Bruto da Costa, Alfredo *et. al.* (1998), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal*, Lisboa, CESIS.

Chanial, Philippe e Laville, Jean-Louis, (2006), "A economia social e solidária na França", em França Filho *et al.*, *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Cal-Earth (2014), What is superadobe?. Visitado no dia 25 de Junho, em <http://calearth.org/building-designs/what-is-superadobe.html>

CEPCMAF (2002), “The Social Economy”, Bruxelas, s.n.

CLAS (2011), *Diagnóstico Social da Amadora*, Amadora.

CLAS (2012), *Plano de Desenvolvimento Social 2012/2014*, Amadora.

CIRIEC (2007), *A Economia Social na União Europeia*, Bruxelas, Comité Económico e Social Europeu.

Comissão Europeia (1999), *Introdução à Iniciativa URBAN*. Visitado no dia 3 de Junho, em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/archive/urban2/urban/initiative/src/frame1.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/urban2/urban/initiative/src/frame1.htm)

Comissão Europeia (2005), *URBAN II*. Visitado no dia 3 de Junho, em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/archive/urban2/urban/initiative/src/frame1.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/urban2/urban/initiative/src/frame1.htm)

Conway, M. and Konvitz, K., (2000), “Meeting the Challenge of Distressed Urban Areas”, *Urban Studies*, 37, No. 4, pp. 749-774.

Coraggio, José Luis (1999), *Política social y economía del trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad*, Madrid, Miño y Dávila Editores.

Coraggio, José Luis (1991), *Ciudades sin Rumbo. Investigación urbana y proyecto popular*, Quito, SIAP-CIUDAD.

Coraggio, José Luis (1993), “La construcción de una economía popular: vía para el desarrollo humano”, *Cadernos IPPUR*, 3, volume (7), pp. 9-23.

Coraggio, José Luis (2009), “Economia do Trabalho”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Defourny, Jacques (2009), “Economia Social”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Fajn, Gabriel (2009), “Empresas Recuperadas”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

FBES (2003), Carta de Princípios da Economia Solidária. Visitado no dia 11 de Junho de 2014, em [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)

Ferreira, Sílvia (2009), “Terceiro Sector”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Flyvbjerg, Bent (2006), “Five Misunderstandings About Case-Study Research”, *Qualitative Inquiry*, 12, No 2, pp. 219-245.

França Filho, Genauto Carvalho de (2006), *Ação Pública e Economia Solidária*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Gaiger, Luiz Inácio (2006), “O Conceito de Economia Solidária”, em França Filho *et al.*, *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Henriques, José Manuel (2010a), “Acção Contra a Pobreza em Áreas Urbanas em Crise”, *Sociedade e Trabalho*, 41, pp. 9-26.

Henriques, José Manuel (2010b), *Changing Poor People’s Lives: Conceptualising Action*, Lisboa, forthcoming.

Henriques, José Manuel (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning from European Experimental Programmes*, Lisboa, ISCTE.

Justa Trama (2014), A Trama do Algodão que Transforma. Visitado no dia 11 de Junho, em <http://www.justatrama.com.br/menu/a-trama-do-algodao-que-transforma>

Kamal-Chaoui, Lamia (s.a.), *Urban Distressed Areas and Cities Competitiveness*, OECD.

Laville, Jean-Louis (2009), “Economia Plural”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Laville, Jean-Louis e Genauto Carvalho de França Filho (2004), *Economia Solidária: uma Abordagem Internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Laville, Jean-Louis e Gaiger, Luiz Ignacio (2009), “Economia Solidária”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Lima, Jacob Carlos (2009), “Cooperativas de trabalho”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Lima, Jacob Carlos (2004), “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, No 56, pp. 45-74.

Mance, André Euclides (2009), “Redes de Colaboração Solidária”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Mance, Euclides André (2000a), *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização actual*, Petrópolis, Vozes.

Mance, Euclides André (2000b), “Redes de Colaboração Solidária: Construindo uma Nova Sociedade”, texto elaborado para distribuição ao público presente no seminário realizado pelo CEFURIA em 26 de Março de 2000, no CEPAT, em Curitiba.

Mance, Euclides André (2003), *Como Organizar Redes Solidárias*, Rio de Janeiro, DP & A.

Mance, Euclides André (2005), “A Revolução das Redes de Colaboração Solidária”, texto apresentado no Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha, 15 de Junho de 2005.

Mance, Euclides André (1998), “A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como Uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Actual”, IFIL.

Mance, Euclides André (2002), “Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global”, s.l., s.n..

Mance, Euclides André (2001), “Revolução das Redes: como se constrói um "sistema solidário" e participativo”, IFIL.

Masterflake (2014), Entenda o processo de produção. Visitado no dia 15 de Junho, em <http://masterflake.com.br/index2.html>

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2012), *Programa de Emergência Social*, Governo de Portugal.

Mothé, Daniel (2009), “Autogestão”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

MTE (2014), O que é a Economia Solidária?. Visitado no dia 30 de Abril, em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>

OBESP (2011), “Economia Social: O Conceito Proposto pelo OBESP”, s.l., s.n..

OECD (1998), *Integrating Distressed Urban Areas*, OECD, Paris.

Pegler, Lee (2009), “Cadeias Produtivas”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Câmara Municipal da Amadora (2010), *Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II Amadora: Damaia-Buraca*, Amadora.

Polanyi, Karl (2000), *A Grande Transformação. As origens da nossa época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Campus.

Polanyi, Karl, Conrad Arensberg e Harry Pearson (1957), *Trade and Market in the Early Empires*, Chicago, Gateway.

Razeto, Luis (1993), “Economia de solidariedade organização popular”, em Gadoti, Moacir e Francisco Gutiérrez (orgs.), *Educação comunitária e economia popular*, São Paulo, Cortez.

Rosenfield, Cinara (2003) “A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade”, texto no âmbito do seminário intermédio Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social, São Paulo, USP.

Schmidt, Carlos (2013), “A Economia Solidária”, em Schmidt, Carlos e Henrique Novaes, *Economia Solidária e Transformação Social: rumo a uma sociedade para além do capital*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

SESAMPE (2011), A construção da cadeia Brasil-Uruguai do PET. Visitado no dia 10 de Junho, em <http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=284>

Singer, Paul (2002c), “Economia Solidária: um modo de produção e distribuição”, em Singer, Paul, *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, São Paulo, Contexto.

Singer, Paul (2002b), *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

Singer, Paul (2002b), “Economia Solidária”, em Cattani, António David, *A Outra Economia*, Porto Alegre, Veraz.

Social Economy Europe (2014), Social Economy. Visitado no dia 3 de Abril de 2014, em <http://www.socialeconomy.eu.org/spip.php?rubrique10>

Social Economy Europe (2014), CMAF. Visitado no dia 3 de Abril de 2014, em <http://www.socialeconomy.eu.org/spip.php?rubrique185>

Soto, Paul *et al.* (2004), *Youth and Exclusion in Disadvantaged Urban Areas: Addressing the causes of violence*, Estrasburgo, Edições do Conselho da Europa.

Tiriba, Lia e Icaza, Ana Mercedes Sarria (2009), “Economia Popular”, em Cattani, António David *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Edições Almedina.

Westphal, Christiane *et al.* (2003), *Report about the scope and distribution of large urban distressed areas in European cities*, Dresden, projecto LUDA.

## ANEXOS

### Anexo A

Questionário preenchido por Kellen Pasqualletto, técnica e investigadora do projecto da Cadeia Solidária.

#### **1- Qual ou quais são os principais objectivos do projecto?**

A Cadeia Binacional do PET surge com o propósito de criar as condições para que os catadores do Estado do Rio Grande do Sul possam se inserir na indústria da reciclagem, eliminando assim a figura do atravessador. Sabemos que o verdadeiro valor, sobra ou lucro do processo da reciclagem não fica com os catadores e sim para os compradores e para a indústria que economiza em matéria prima, além de ganhar com marketing.

#### **2- Que camadas da população se pretendem abranger, tanto em relação aos trabalhadores como aos consumidores finais?**

O público beneficiado são os catadores que estão organizados no Estado, assim como criou a demanda para que as cooperativas incentivem os catadores individuais a se organizar coletivamente uma vez que a capacidade produtiva de 4 Polos é maior do que a quantidade de PET que se tem hoje disponível.

Além dos catadores, temos os trabalhadores das fábricas recuperadas do Uruguai (A COOPIMA) e a de Minas Gerais/BR (COOPERTEXTIL).

Sobre os consumidores finais, acredito que serão aqueles que podem comprar o produto e consideram importante a prática do consumo consciente (ocorre portanto que nem sempre o acesso torna-se democratizado, dependendo do valor que será agregado ao produto)...

#### **3- Pessoas em situação de pobreza são directa e intencionalmente abrangidas?**

Conforme dados que posso te enviar sobre os catadores que compõem a Cadeia Binacional do PET, os catadores, em sua maioria estão numa situação de vulnerabilidade econômica e social, seus ganhos são baixos (entre R\$500,00 e R\$1000,00) e é desse ganho que sustentam suas famílias, ou seja, dentro da economia solidária no Brasil, considero que um dos setores que vive do trabalho e não apenas complementa renda é o da reciclagem.

Além dos baixos ganhos, existe os inúmeros problemas de saúde ocasionado pelas condições precárias e sucateadas dos espaços de trabalho e pelos esforços exigidos.

#### 4- Concretamente, de que forma se pretende beneficiar as pessoas abrangidas?

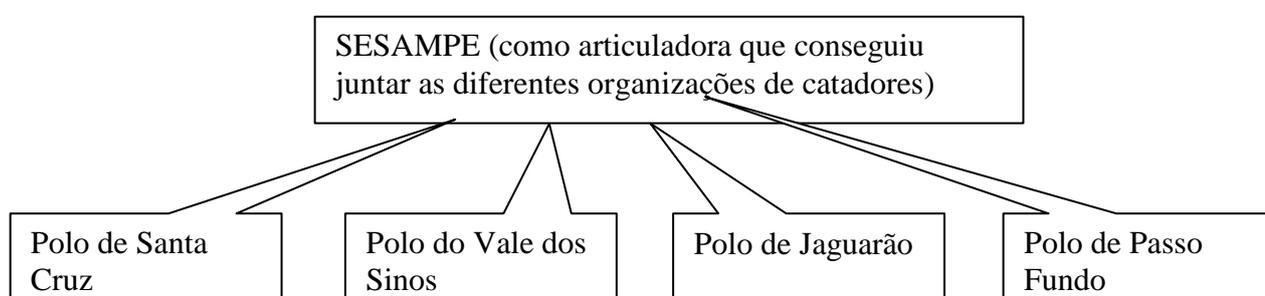
A SESAMPE (Secretaria de Economia Solidária e de Micro e Pequena Empresa) órgão do governo do Estado financiou os maquinários para os 4 Pólos (Vale dos Sinos, Passo Fundo, Jaguarão e Santa Cruz), financiou o maquinário e um capital de giro considerável para cada Polo, os espaços físicos estão sendo contruídos em parceria com as Prefeituras de cada local.

A partir desse quadro, se os catadores conseguirem superar outros desafios que estão enfrentando como a instalação da rede elétrica industrial, a construção da ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) e organizar a logística e gestão, considero que os ganhos podem ser interessantes, não será logo, e também não estará unicamente na PET, todos já perceberam que precisam comercializar todos os materiais conjuntamente para que essa organização seja viável (e para isso precisam romper as suas relações com os atravessadores que hoje possuem o capital de giro suficiente para paga-los adiantando...)

Obs.: alguns atravessadores se negam a comprar o restante do material sem a PET, aprisionando assim a cooperativa.

#### 5- Como ocorrem os processos de tomada de decisão na cadeia e nos empreendimentos que dela fazem parte?

A estrutura é mais ou menos assim:



Cada um dos 4 pólos é composto por cooperativas (entre 3 e 10 cada um deles)

A situação de cada Polo é particular, são realidades muito distintas.

Existem representantes de cada Polo que se reúne mensalmente na SESAMPE para discutirem questões comuns à todos.

E nos Polos a relação se dá entre a Central/Polo e as filiadas(cooperativas), fazem reuniões quinzenais, mensais ou bimensais... de forma geral essa relação é frágil até que comece a funcionar o Polo ou que eles comercializem outros materiais para que os catadores que duvidam da viabilidade possam começar a confiar.

**6- Como é assegurada a coordenação entre as diferentes entidades envolvidas na cadeia?**

Atualmente, além do trabalho da incubadora com o Prof. Duílio, estou envolvida num Projeto com a Escola Mesquita (Escola dos Metalúrgicos) que tem o objetivo de qualificar os multiplicadores da Cadeia do PET (é um representante de cada Polo), essa pessoa, que foi escolhida pelo Polo, é responsável pela articulação (e é paga para isso via esse Projeto). O restante de coordenação, os catadores se organizam a partir de suas lideranças quando entendem que esse projeto pode ser proveitoso.

**7- Como comunicam entre si os elos da cadeia?**

Por e-mail, telefone e reuniões periódicas (quinzenais, mensais ou bimensais)

**8- Como são tratados os excedentes de produção (em cada organização e no conjunto da Rede)?**

Pela cadeia do PET ainda não existe, em nenhum Polo ela está funcionando. Possivelmente o primeiro será no Vale dos Sinos, a previsão é de 3 meses até que fique pronta a Instalação elétrica e se resolva a questão da água suja que sairá da lavagem da PET, lá terão tanques de armazenamento, a água será levada pela empresa do município responsável pelo abastecimento até uma ETE que fica próxima.

**9- Qual a relação da cadeia e dos seus membros com o consumidor final?**

Ainda não se sabe.

**10- Quem decide o horário e as funções de cada trabalhador?**

Atualmente essa vem sendo uma discussão. Os trabalhadores que atuarão nos Polos serão todos oriundos das cooperativas filiadas, então as práticas de decisões no coletivo serão mantidas.

Lógico que haverá funções especializadas que o trabalhador para assumir precisará ter um treinamento, então a partir de indicações das lideranças ou voluntários será constituído esse quadro de trabalhadores (mas considero essa questão um dos grandes desafios que enfrentamos hoje).

**11- Que organizações públicas e privadas estão por detrás da criação e do desenvolvimento da cadeia solidária do PET?**

Todo o recurso é oriundo da SESAMPE (Governo do Estado e SENAES – Secretaria Nacional de Ecosol) e das Prefeituras de cada município envolvido. Não existem recursos privados, pelo menos não tenho conhecimento.

**12- Sendo uma cadeia de produção, quais são as etapas e o que é produzido em cada uma das etapas?**

Ainda nada. Mas se pretende produzir o floco de PET nesses 4 Polos no Rio Grande do Sul/Brasil. A fibra será confeccionada no Unuguai e o fio e os produtos em Minas Gerais/Brasil.

**13- Quem está representado e qual o papel da coordenação geral da cadeia?**

Legalmente não existe uma coordenação geral da Cadeia. Existem representantes de cada Polo que mensalmente se reúnem na SESAMPE. (Na verdade cada Polo precisa resolver o seu problema, a relação é um pouco individualizada, agora com esse Projeto do Mesquita que estamos conseguindo pensar juntos).

**14- Que mecanismos permitem que os trabalhadores aumentem os seus rendimentos?**

Acredito que a comercialização conjunta (antes mesmo da Cadeia funcionar) pode elevar os rendimentos, pois conseguem quantidade e venda direta a partir disso. A dificuldade é a logística, capital de giro e confiança.

Com a cadeia do PET o ganho será na industrialização, um produto que hoje conseguem comercializar por R\$1,60 o quilo, conseguirão vender por R\$5,00 (isso falando só do floco, nem me refiro ao produto final).

Me referi acima em ganhos financeiros, mas podemos destacar outros diversos ganhos como o trabalho em Rede (que é um desafio histórico no Brasil), o empoderamento de cada cooperativa quando podem decidir para onde escoarão sua produção e uma autonomia financeira a partir de se livrarem do aprisionamento da relação que possuem com o atravessador.

**15- Até ao momento que acções tiveram como objectivo fomentar a autonomização dos trabalhadores inseridos na cadeia?**

Esse também é um desafio, principalmente porque considero que o tempo entre pensar a proposta e realizar a compra das máquinas foi curto (ao contrario da opinião de muitos), os trabalhadores ainda ficam na dependência da SESAMPE, por mais que se faça um esforço para que seja diferente. Considero que os cursos que os catadores fizeram com a UNIJUÍ e agora esse acompanhamento da escola Mesquita, assim como os inúmeros desafios locais que estão enfrentando fazem com que aos poucos vão conquistando autonomia.

## **Anexo B**

Resumo do questionário preenchido pelo Professor Duílio Castro Miles, membro activo no planeamento da cadeia.

### **1- Qual ou quais são os principais objectivos do projecto?**

Por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que o principal patrocinador deste projeto, ele objetiva contribuir para a erradicação da pobreza, atingindo especialmente os coletivos de catadores, e para resolver um problema ambiental, dando destinação aos residuos (garrafas PET) descartados na natureza contaminando rios, indo para lixões ou mesmo espalhadas em terrenos vazios.

Por parte do movimento da economia solidária, o que não exclui como expectativa do governo, o objetivo é o de integrar todas as fases da cadeia produtiva do PET, através de empreendimentos econômicos solidários com vistas a fortalecê-los, na medida que nesta situação podem se estabelecer condições de produção e comercialização dos insumos e produtos ao longo do processo, com o mínimo ou nenhuma interface com o sistema capitalista, melhores ganhos para os trabalhadores e perspectiva de uma vida mais digna.

### **2- Que camadas da população se pretendem abranger, tanto em relação aos trabalhadores como aos consumidores finais?**

Como perspectiva temos o de avançar o máximo que se puder incluindo os fluxos de distribuição que alcancem o consumidor final. Mesmo assim, sabemos que é difícil pela sua especificidade que os produtos para o consumidor final sejam de exclusividade de um determinado público, como seria no caso da existência de uma rede de consumidores num segmento com o da alimentação.

Como mais próximo e verificável, a cadeia tem o objetivo de alcançar os coletivos de trabalhadores dos empreendimentos, sejam os recicladores como os cooperados das empresas recuperadas envolvidas.

### **3- Pessoas em situação de pobreza são directa e intencionalmente abrangidas?**

Sim. É o caso dos catadores, que se encontram dentro dos público prioritários do Programa de Erradicação da Pobreza no Brasil. Não é por acaso, que grande parte dos recursos federais vem de repasses que se fazem do Ministério de Desenvolvimento Social para o Ministério do Trabalho onde está localizada a Secretaria de Economia Solidária que articula e apoia os projetos neste setor.

### **4- Concretamente, de que forma se pretende beneficiar as pessoas abrangidas?**

O fato de promover melhor nível de renda para os trabalhadores para que elevem seu padrão de vida, não quer dizer que se esgotem todas as possibilidades do projeto.

Em primeiro lugar porque temos que trabalhar na perspectiva de evitar que as causas que levaram a estes trabalhadores serem excluídos se perpetuem. Porém, temos claro as limitações do projeto, assim como também as condições estruturais existentes que tem haver com a ordem econômica vigente que gera como externalidades a exclusão e a degradação ambiental, dentre outras.

O projeto também tem um viés ideológico. Estamos tratando de um modo de produção que se opõe ao capitalista, portanto, tem implícita a sua concepção de mundo, de sociedade e de pessoa. Portanto, concomitante à realização dos objetivos econômicos estamos investindo na formação ético-político de um novo sujeito coletivo solidário, com todos os aspectos que isto implica. Não é fácil mudar a cultura dos empreendimentos e dos trabalhadores que até ontem faziam parte de empresas ou ainda de uma sociedade cujos valores que a regem são os que sustentam o projeto capitalista.

### **5- Como ocorrem os processos de tomada de decisão na cadeia e nos empreendimentos que dela fazem parte?**

Criaram-se as coordenações, a saber:

#### **Coordenação Ampliada:**

1-Membros da Coordenação Geral

2 -Membro da Red del Sur (Nexus e Cospe Ongs. Italianas; Unisol vinculada a CUT-Central Única do Tabalhadores, Federação das Cooperativas de Produção de Uruguai

- 3 – Representantes das prefeituras envolvidas no Projeto
- 4- Representante do Governo Uruguaio – Instituto Nacional de Cooperativismo (INACOOOP)
- 5- Representante do Governo de Minas Gerais
- 6- Federação das Cooperativas de Produção do Uruguai
- 7- SENAES / MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério de Trabalho e Emprego

**Responsabilidades:**

- Decisões estratégicas da Cadeia Solidária Binacional
- Fazer cumprir a Declaração de Princípios da Cadeia Solidária Binacional
- Assinatura de Acordos entre as organizações públicas e privadas que dão suporte à Cadeia.
- Avalizar os acordos realizados internamente pelos elos da Cadeia

**Coordenação Geral:**

- 1- Um representante de cada Central de Cooperativas de Reciclagem (Catapampa (Vale do Rio Pardo e Santa Cruz), Coopetsul (Região Sul ) e Coopetsinos (Vale dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre);
- 2- Um representante da Coopima
- 3- Um representante da Coopertextil
- 4- Um representante das Cooperativas de Costureiras
- 5- Um representante da Instituto Nacional de Cooperativismo de Uruguai
- 6- Um representante da Difesol – Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

**Responsabilidades:**

- Definir o padrão e formalizar os acordos de cooperação entre os diferentes elos da Cadeia;
- Estabelecer a demanda de matéria –prima (flake/ fibra) e produto (fio /tecidos) a serem processados;
- Definir o padrão (especificações técnicas) das matérias-primas e produtos;
- Definir as condições de comercialização (preço/prazo);

- Estabelecer os custos do processo logístico; otimização dos fretes a serem realizados considerando frequência e cargas de retorno;
- Levantar os custos de operação da coordenação e de como será realizada a sua apropriação;
- Definir os procedimentos legais que deverão ser observados nestas operações;
- Definir a estratégia de comunicação e dos materiais a serem utilizados para divulgação da Cadeia;
- Acompanhar as diferentes operações da Cadeia promovendo ações de inter-cooperação visando o seu fortalecimento;
- Elaborar o Plano de Contingência para superar situações críticas supervenientes ao planejamento realizado;
- Elaborar estudos sobre desenvolvimento de produtos;
- Elaborar estudos sobre desenvolvimento de mercados;
- Elaborar de estudos sobre atualização tecnológica e das necessidades de novos investimentos;
- Elaborar estudos sobre estrutura dos custos de produção;
- Elaborar estudos sobre os preços / margem obtidas em cada elo da cadeia com vistas a promover uma melhor distribuição dos valores agregados ao longo da Cadeia;
- Elaborar relatórios de desempenho e de impactos sócio-econômicos nas comunidades abrangidas pelo projeto;
- Elaborar trabalhos a serem apresentados nas reuniões da Coordenação Ampliada;
- Desenvolver sistema de informações sobre a Cadeia;
- Representar a Cadeia junto aos gestores políticos locais;
- Estreitar o relacionamento com outros empreendimentos de interesse da cadeia produtiva;
- Estimular o desenvolvimento de novos membros para participar da Cadeia;
- Organizar e gerenciar Fundo de Investimentos para a Cadeia;
- Desenvolver programas de capacitação ético-política e técnico-produtiva de trabalhadores para os diversos elos da cadeia produtiva; e
- Apoiar a elaboração de projetos, especialmente para captação de recursos financeiros.

**6- Como é assegurada a coordenação entre as diferentes entidades envolvidas na cadeia?**

Complementando diria que há um interesse maior para que isto funcione, portanto, os empreendimentos se comprometem com aquilo que decidem.

Assim mesmo, a proposta é criar uma estrutura semelhante a que foi feita numa outra cadeia produtiva do algodão orgânico, conhecida como Justa Trama, cujos membros se reúnem sistematicamente para tomar decisões de interesse da cadeia.

Este processo é autônomo, não havendo interferência de governo e/ou de outra instituição apoiadora. Porém, sabe-se que há sempre um bom relacionamento, principalmente, com o atual governo federal que vê neste projeto um exemplo acabado de como conduzir uma cadeia produtiva, neste caso nacional.

#### **7- Como comunicam entre si os elos da cadeia?**

As reuniões de coordenação se constituem hoje no momento mais relevante dentro do processo. Porém para que elas aconteçam há contatos entre os membros nos intervalos entre uma e outra reunião, no sentido de trocar informações, acompanhar o andamento do projeto e ir preparando material para apoiar as pautas das reuniões.

Com a internet isto se tem facilitado muito, porque não há como ficar desligado ou alegar dificuldades de contato como justificção para o atraso nos compromissos acordados.

Das reuniões são repassados relatos com os principais assuntos abordados, decisões tomadas e agendamento de compromissos e de futuros encontros.

#### **8- Como são tratados os excedentes de produção (em cada organização e no conjunto da Rede)?**

Falta pouco para começar a operação, porém sabemos que mesmo funcionando haverá excedente de produção ao longo das etapas do processo. Isto decorre porque teria já que se dispor, principalmente, nos elos finais da cadeia a certeza de colocação dos produtos. Para tanto, temos ações que devem ser implementadas, a saber: estudos de mercado, desenvolvimento de produtos, formulação estratégias de distribuição para atingir o consumidor final, dentre outras

Partindo da Centrais de Reciclagem a sua capacidade de produção assimilaria sem problemas os materiais encaminhados pelas cooperativas. O ponto de estrangulamento nesta etapa é que não se tem a certeza de que as cooperativas consigam coletar e preparar o volume de material necessário para operar as plantas a pleno. Isto é consequência, de que grande parte das garrafas PET são coletadas por catadores autônomos que comercializam este material nos

atacadistas. Portanto, o desafio seria integrar estes catadores nas cooperativas, o que já se está realizando.

### **9- Qual a relação da cadeia e dos seus membros com o consumidor final?**

Esta relação tem que ser criada com o próprio desenvolvimento da cadeia. Assegurar uma relação específica e permanente implica encontrar pontos de interesse entre quem produz e quem consome. O consumidor final é mais abstrato que os membros da cadeia, porque não há interesse de restringir a quem quer que seja a aquisição de produtos desta cadeia.

Podemos avançar em alguns aspectos vinculados aos valores envolvidos na concepção da cadeia. Quem compre produtos da cadeia deve saber que são oriundos de uma relação de trabalho não alienada, onde se potencializam as qualidades do ser humano, preservando o meio ambiente, superando a condição de desigualdades, dentre outros princípios. Não podemos entrar muito a fundo nestes princípios, porque considero que ainda que permanecem algumas contradições que podem ser consideradas com fragilidades do projeto. Porém não cabe dúvidas quanto o valor que tem na medida que tem gerado esperança a um povo que não teria muitas chances de transformar a suas condições objetivas e subjetivas fora deste projeto.

### **10- Quem decide o horário e as funções de cada trabalhador?**

Nas cooperativas de reciclagem é o coletivo com a orientação das direções dos empreendimentos que decidem como será feito o trabalho. Neste caso particular, as cooperativas seguem um procedimento onde os trabalhadores começam realizar algumas atividades mais simples e depois vão fazendo rodízio para conhecer o restante das funções. Dependerá também do perfil do trabalhador. Quando tiver uma formação ou experiência específica que pode ser aproveitada, naturalmente isto será feito..

Na Coopertextil os trabalhadores que ficaram após a transformação em cooperativa, mantiveram suas funções, dada a experiência que já detinham ou também os que assim o desejaram tiveram oportunidade de realizar outras atividades em função de necessidades da cooperativa.

### **11- Que organizações públicas e privadas estão por detrás da criação e do desenvolvimento da cadeia solidária do PET?**

- Governo do Estado do RS-Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa - Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária
- Governo da República Oriental do Uruguai
- Governo de Minas Gerais
- SENAES- Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil
- Prefeituras de Novo Hamburgo, Canoas, Santa Cruz do Sul, Jaguarão
- Red del Sur (Rede Solidária)
- Unisol Brasil– Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários
- Nexus - Emilia Romana, Iscos, Cospe Cooperazione por la Sviluppo del Paesi Emergenti (Ong's Itália) (As duas entidades apóiam a Red del Sur)
- Inacoop – Instituto Nacional do Cooperativismo (Ministério do Trabalho do Uruguai)
- FCPU- Federação das Cooperativas de Produção do Uruguai
- Coopima – Cooperativa Industrial Maragata (Uruguai)
- Coopertextil Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas (Brasil)
- Fórum de Recicladores do Vale dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre
- Coopetsinos – Central de Cooperativas de Recicladores do Vale dos Sinos
- Catapampa – Central de Cooperativa de Recicladores - Santa Cruz do Sul
- Coopetsul – Central de Cooperativas de Recicladores – Jaguarão
- Incubadoras: Tecno-Social do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Câmpus Porto Alegre, Unisinos, Unilassale Sebrae, Projeto Ecoprofetas, etc.

**12- Sendo uma cadeia de produção, quais são as etapas e o que é produzido em cada uma das etapas?**

O processo de produção pode ser dividido em quatro etapas, a saber:

- O PET é coletado e enviado pelas associações e cooperativas de recicladores para o Pólo de Produção do *flake*.
- A segunda etapa, constitui-se na transformação do PET em *flake*., sendo produzido em três centrais do Estado:

Coopetsinos-Metropolitana e Vale dos Sinos ( N.Hamburgo,São Leopoldo e Canoas);

Coopetsul- Região Sul ( Pelotas/Jaguarão); e

Catapampa -Região Vale do Rio Pardo (Santa Cruz).

- A terceira etapa do processo, constitui-se no encaminhamento da fibra sintética produzida é embalada em forma de *flake*, à cidade de San José no Uruguai.
- A Coopima é a cooperativa solidária, que conta com seus 70 trabalhadores será a responsável pelo desenvolvimento da fibra sintética.
- A quarta etapa e última se constitui no envio da fibra à cidade de Pará de Minas, onde a Coopertêxtil com seus 300 trabalhadores, fará o processo de fiação e tecelagem, transformando esta fibra em tecido.
- O tecido produzido através do PET poderá servir para a confecção de uma série de outros produtos, tais como: calçados, adereços em geral e produtos de cama e mesa. Esta etapa está em desenvolvimento.

### **13- Quem está representado e qual o papel da coordenação geral da cadeia?**

**Trata-se de um colegiado, composto por:**

- 1- Um representante de cada Central de Cooperativas de Reciclagem (Catapampa (Vale do Rio Pardo e Santa Cruz), Coopetsul (Região Sul ) e Coopetsinos (Vale dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre);
- 2- Um representante da Coopima
- 3- Um representante da Coopertextil
- 4- Um representante da Instituto Nacional de Cooperativismo de Uruguai
- 5- Um representante da Difisol – Governo do Estado do Rio Grande do Sul

### **14-Que mecanismos permitem que os trabalhadores aumentem os seus rendimentos?**

A integração numa cadeia produtiva agrega valor na medida que o preço entre os elos é estabelecido de comum acordo o que evita que quem detem mais poder tenha vantagem sobre o mais fraco. Além disso, entrando em operação, pretende-se aplicar um mecanismo de redistribuição de ganhos, isto é , além do preço justo estabelecido, pretende-se fazer um cálculo da margem de ganho que foi acumulada ao longo de cadeia e estabelecer formas de

redistribuição mais equitativa, caso contrário os elos que ficam no final do processo teriam maiores ganhos que os elos iniciais que são responsáveis pelo trabalho mais pesado. Este é um espaço importante a ser dado. Foi acordado entre as partes, mas terá que ser retomado quando a cadeia entre em operação.

Além disso, as vendas conjuntas decorrentes da instituição das Centrais também agregará valor pois com maior volume de materiais maior será o poder de barganha na hora de negociar preços.

Tem-se, entretanto, que estamos inseridos num sistema capitalista e que quanto menos tenhamos que ter interfaces neste mercado melhor. Acredito não ser possível blindar a cadeia para que não sofra influência do mercado, porém quanto mais intercâmbios fizemos dentro do cadeia ficaremos menos vulneráveis às regras mercantis.

#### **15- Até ao momento que acções tiveram como objectivo fomentar a autonomização dos trabalhadores inseridos na cadeia?**

Os empreendimentos são autogestionários, isto é, se autodeterminam em função dos interesses dos trabalhadores. Não podemos ser puristas em pensar que não são influenciados por outras organizações, principalmente, pelo governo e entidades apoiadoras. Porém acredito que quando existem propósitos claros quanto à perspectiva solidária que constituem as parcerias não tem porque se gerar qualquer relação de dependência.

Há sim, um largo caminho a trilhar principalmente nas cooperativas de reciclagem no sentido de que os próprios trabalhadores exerçam a pleno a sua autonomia. Mesmo tendo-a, por vezes, deixam que outros falem e decidam por eles.

Todo o processo de estruturação da cadeia foi construído coletivamente. Houve compartilhamento de saberes. Deu-se empoderamento aos trabalhadores para discutir todo o que lhes dizia respeito.

Neste sentido vale registrar situações vivenciadas nas reuniões quando por exemplo trabalhadores da reciclagem discutiam processos de exportação, logística, desenvolvimento de novas frentes de negociação, questões ligadas a processos de gestão, etc..

#### **16- Que outras acções irão ocorrer com o mesmo objectivo?**

Teremos entretanto desafios importantes. Registro dentre eles: a necessidade de oportunizar a emergência de outras lideranças; a eliminação de mecanismos que reproduzem relação de

opressão dentro dos empreendimentos, mesmo em se tratando da economia solidária; elevação do nível de escolaridade; abrir as cooperativas para os jovens que se integrem nela por opção e não por necessidade como foi na sua origem; Intensificar a formação política, para não apenas compreender como chegamos até aqui como também ter claro que não estamos para construir uma economia de pobres e sim de formas para que não se perpetuem a causas de desigualdade existentes.

### **Anexo C**

Questionário preenchido por Roberto da Silveira, presidente da associação de recicladores de Dois Irmãos.

**1- Qual ou quais são os principais objectivos do projecto?**

**R:** A unificação das cooperativas para comercialização do PET em conjunto

**2- Que camadas da população se pretendem abranger, tanto em relação aos trabalhadores como aos consumidores finais?**

**R:** A camada da população mais pobre

**3- Pessoas em situação de pobreza são directa e intencionalmente abrangidas?**

**R:** Sim

**4- Concretamente, de que forma se pretende beneficiar as pessoas abrangidas?**

**R:** Melhorar a sua renda.

**5- Como ocorrem os processos de tomada de decisão na cadeia e nos empreendimentos que dela fazem parte?**

**R:** Pela maioria dos cooperados

**6- Como é assegurada a coordenação entre as diferentes entidades envolvidas na cadeia?**

**R:** Um representante de cada cooperativa.

**7- Como comunicam entre si os elos da cadeia?**

**R:** Através de reuniões

**8- Como são tratados os excedentes de produção (em cada organização e no conjunto da Rede)?**

**R:** São divididos em valores iguais para todos os cooperados.

**9- Qual a relação da cadeia e dos seus membros com o consumidor final?**

**R:** Mostrar que é possível reaproveitar os materiais que seriam descartados.

**10- Quem decide o horário e as funções de cada trabalhador?**

**R:** Os coordenadores

**11- Que organizações públicas e privadas estão por detrás da criação e do desenvolvimento da cadeia solidária do PET?**

**R:** O Governo do Estado, através da secretaria da economia solidária.

**12- Sendo uma cadeia de produção, quais são as etapas e o que é produzido em cada uma das etapas?**

**R:** Separação, lavagem, comercialização.

**13- Quem está representado e qual o papel da coordenação geral da cadeia?**

**R:** Um representante de cada cooperativa, o papel da coordenação é tomar as decisões corretas

**14- Que mecanismos permitem que os trabalhadores aumentem os seus rendimentos?**

**R:** As máquinas que fazem o processo da lavagem.

**15- Até ao momento que acções tiveram como objectivo fomentar a autonomização dos trabalhadores inseridos na cadeia?**

**R:** Estamos em processo de execução do projeto.

**16- Que outras acções irão ocorrer com o mesmo objectivo?**

**R:** Que no futuro possamos vender todos os materiais em conjunto para melhorar a renda de cada cooperado.

## **Anexo D**

Resumo da Entrevista ao professor Manuel Girão:

**1-** Como poderia ser aplicado um projecto no concelho da Amadora em que as cantinas sociais seriam abastecidas na totalidade por cooperativas organizadas numa rede de colaboração solidária, cujos membros das cooperativas seriam pessoas em situação de pobreza (ex: beneficiários de RSI)?

R: “Parece-me uma ideia interessante, mas a medida das cantinas sociais não tem nenhum protocolo que se prolongue no tempo, ou seja, é uma medida pontual e assistencialista. Se houvesse uma garantia parece-me uma ideia muito interessante, e criaria ocupação e algum emprego”.

“Parece-me também que os custos do investimento inicial poderiam ser elevados. A não ser que, num cenário ideal, se reabilitassem espaços que fossem cedidos ao projecto, para além de que seria necessário recorrer a parcerias privadas e ao mecenato, o que hoje em dia até que é fácil”.

“No entanto, o número de refeições servidas teria de ter sempre mais escala do que as actuais 250 refeições diárias, para que o projecto pudesse ser viável. Estaríamos a falar na ordem das 1000/1500 refeições”.

“Se pensarmos na questão dos géneros, se forem produzidos em pequena escala o custo de produção torna-se muito elevado e impossível de competir com o preço de mercado”

“Agora, se pensarmos na possibilidade de produzir um só género em maior escala, talvez seja possível, como por exemplo produzir só a parte da salada ou só o pão, num pequena cooperativa”

“Agrada-me a possibilidade de congregar pessoas que estejam em situações vulneráveis e constituírem uma cooperativa para poder produzir”.

“A ideia teria alguns entraves (escala e aspectos legais), mas que são ultrapassáveis. Teria de ter na minha opinião algum patrocínio de uma empresa do concelho, teríamos de envolver a autarquia, mais uma ou duas grandes empresas (IKEA, SIEMENS, etc), empresas que vêm valor neste tipo de projectos que vão actuar na causa e não no sintoma, para além da segurança social e de uma instituição (IPSS) que assumisse a coordenação do projecto e alocasse os recursos às cooperativas do projecto”.

“Poderia acontecer que o custo da refeição fosse um pouco mais elevado para o governo, mas o custo social fosse minimizado e uma coisa compensava a outra. A refeição passaria a custar 3 em vez de 2,5, mas poupava-se nos beneficiários de RSI que deixariam de o ser”.

“Aumentando a escala, este tipo de projectos poderia extrapolar para outras áreas, por exemplo creches e escolas que poderiam ser abastecidas por este tipo de cooperativas e redes, o que poria em causa muitos dos interesses económicos instalados (na área da alimentação).”

“Parece-me interessantíssimo, e poder-se-ia tentar experimentar e fazer um projecto-piloto para se perceber se é ou não possível.”

“Parece-me perfeitamente possível criar alguma coisa que quebre este ciclo de pobreza.”

“Para além da produção de géneros, também se geraria empregos com o transporte dos produtos”

“A base da ideia é muito interessante e é possível, se encontrarmos os parceiros certos para arrancar com um projecto-piloto.”

“A segurança social nunca entregará verbas directamente a cooperativas, mas sim a uma IPSS que deverá coordenar o projecto.”

“Conceber a proposta como um círculo fechado, o dinheiro que serve para combater a fome, combater também a pobreza na causa. O dinheiro sai do estado e volta ao estado através da poupança nos subsídios e ajudas do estado”